

UNIDADE ACADÉMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**O Norte “Magnético” uma análise das controvérsias sobre a
Seca no Nordeste Brasileiro dos séculos XVII e XIX**

JOSE ADRIANO GOMES DOS SANTOS

CAJAZEIRAS

2023

JOSE ADRIANO GOMES DOS SANTOS

**O Norte “Magnético” uma análise das controvérsias sobre a
Seca no Nordeste Brasileiro nos séculos XVII e XIX**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
APRESENTADO A UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE (UFCG) COMO REQUISITO PARA
OBTENÇÃO DE NOTA.**

ORIENTADOR: Prof. Isamarc Gonçalves Lõbo

CAJAZEIRAS

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S237n Santos, José Adriano Gomes dos.
O norte “magnético” uma análise das controvérsias sobre a seca no Nordeste brasileiro dos séculos XVII e XIX / José Adriano Gomes dos Santos. - Cajazeiras, 2023.
90f. : il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Isamar Gonçalves Lôbo.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2023.

1. Seca - Nordeste brasileiro. 2. Elite nordestina. 3. Semiárido nordestino. 4. Nordeste brasileiro - século XVII e XIX. 5. Discursos assistencialistas. I. Lôbo, José Adriano Gomes dos. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU -551.577.38(812/813)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COORDENACAO DE GRADUACAO EM HISTORIA
Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, - Bairro Casas Populares, Cajazeiras/PB, CEP 58900-000
Telefone: (83) 3532-2000 - Fax: (83) 3532-2009
Site: <http://www.cfp.ufcg.edu.br> - E-mail: cfp@cfp.ufcg.edu.br

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – CGHIS-CFP, REALIZADA EM 28/03/2023

Ao vigésimo oitavo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, na sala de aula 102, do Bloco Paccelli, do Centro de Formação de Professores-CFP/UFCG, estiveram reunidos(as), sob a presidência do professor-orientador **Ms ISAMARC GONÇALVES LÔBO**, os(as) professores(as): **Ms FRANCINALDO DE SOUZA BANDEIRA** e **Dra. SILVANA VIEIRA DE SOUSA**; e o discente **JOSE ADRIANO GOMES DOS SANTOS** (matrícula **217130342**). Foi instalada a sessão pública para julgamento da monografia de conclusão de curso (TCC) do Curso de Licenciatura em História, elaborada pelo referido discente, intitulada: **“O NORTE “MAGNÉTICO” UMA ANÁLISE DAS CONTROVÉRSIAS SOBRE A SECA NO NORDESTE BRASILEIRO NOS SÉCULOS XVII E XIX”**. Após a abertura da sessão, o presidente da banca julgadora deu seguimento aos trabalhos, apresentando os(as) demais examinadores(as). Foi dada a palavra ao autor, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres dos(as) integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do discente. Ao final, reunida em separado, a banca APROVOU a monografia atribuindo a nota 9,5 (nove e meio) ao trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito. Cajazeiras, 28 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ISAMARC GONCALVES LOBO, PROFESSOR 3 GRAU**, em 28/03/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Adriano Gomes dos Santos, Usuário Externo**, em 28/03/2023, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVANA VIEIRA DE SOUSA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 29/03/2023, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCINALDO DE SOUZA BANDEIRA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 31/03/2023, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3251214** e o código CRC **0D9765B3**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Maria Das Dores Da Conceição, por possibilitar minha permanência nos estudos graças ao seu trabalho duro, ao meu pai João Gomes Dos Santos e meus 11 irmãos que não tiveram a oportunidade de chegar à universidade.

A Maria Helena minha companheira, que me inspirou a continuar trilhando o caminho do saber e da conquista através da educação, que me confortou nos momentos difíceis do curso e da vida.

Aos meus amigos e colegas, que conheci e que sempre estiveram comigo, Ivanilson Pereira, Davi Formiga, Myrelly Soares, Thiago Freitas, Clair Oliveira, Carlino Rufino, Francisco Vicente, que me apoiaram e promoveram momentos memoráveis de alegria e felicidade nesse trajeto até aqui.

Ao meu orientador, Dr, Isamar Gonçalves Lôbo por ter aceitado ser meu orientador e possibilitar a conclusão deste trabalho, e aos professores que compuseram a minha banca de defesa, Ms Francinaldo De Souza Bandeira, Dr. Silvana Vieira De Sousa, por se disporem a estar presentes nesse dia tão importante da minha vida.

A Sergiane Rodrigues que escreveu meu “Abstract” e Sr. Lauro Crispim que colaborou com minha pesquisa presenteando-me com um livro essencial para esse estudo.

A todos e todas que lutaram para que pudéssemos ter acesso as universidades e ao ensino público, a luta dos incansáveis professores que sempre acreditaram na vitória pela educação pública e de qualidade para todos os brasileiros.

RESUMO

Este trabalho, busca descrever e analisar em primeiro momento; a história da elite Nordestina através dos séculos desde a “descoberta” no século (XV) ao fim da colônia século (XVIII), além das relações centro e periferia. Apresentar definições sobre as secas no Nordeste presente nos mais diversos tipos de escrita, da literatura aos trabalhos acadêmicos e principalmente nos discursos assistencialistas empregados afins de atrair recursos para supostos programas de desenvolvimento econômico regional. Também, demonstrar as controvérsias que o discurso e as diversas formas de escrita para alguns autores sobre o Nordeste criaria no ideário nacional, uma noção de Nordeste que ocupando as mais diversas áreas da sociedade, desde artistas, intelectuais e elites políticas, torna a existência de práticas adequadas de “convivência” com o semiárido nordestino, uma “falácia” que serve apenas aos interesses econômicos e de manutenção de suas elites no centro do poder. Por fim, demonstrar; como nasce no Nordeste já entre os séculos XVIII e XIX uma elite cuja as suas movimentações discursivas e políticas através da apropriação das demandas das classes periféricas, direciona os recursos do estado brasileiro de forma a atender um suposto “projeto” de retomada econômica e “industrial” no Nordeste, dentro das articulações centro e periferia através das suas “zonas de influência” a fim de esclarecer o conceito de “Norte magnético” apresentado como conceito principal deste trabalho.

Palavras-chave: Nordeste, secas, Norte magnético, controvérsias, discurso.

ABSTRACT

This search intends to describe and analyze, at first, the history of the Northeastern elite through the centuries from the “discovery” in the (15th) century to the end of the colony (18th) century, in addition to the relations between the center and the periphery. Introduce definitions about the Northeast arid represented in the most diverse types of writing, from literature to academic works and mainly in the assistance speeches used in order to attract resources for supposed programs of regional economic development. We also intend demonstrate the controversies about the speech and different forms of writing for some authors about the Northeast created in the national ideology, an idea of the Northeast that despite it takes the most diverse areas of society like artists, intellectuals and political elites, makes the existence of adequate practices of “coexistence” with the Northeastern semi-arid region, a “fallacy” that just serves the economic interests and maintenance of its elites at the center of power. Finally, we intend demonstrate too how can elite was born in the Northeast between the 18th and 19th centuries, whose discursive and political movements, through the appropriation of the demands of the peripheral classes, directed the resources of the Brazilian state in order to meet a supposed “project” of economic and “industrial” recovery in the Northeast, within the center and periphery articulations through their “zones of influence” in order to clarify the concept of “Magnetic North” presented as the main concept of this search.

Keywords: Northeast, Arid, Magnetic North, Controversies, Speech.

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 - MAPA, BRASIL E PORTUGAL.	31
FIGURA 2 - BRASIL E PORTUGAL NOVA INTERAÇÃO CENTRO PERIFERIA.	34
FIGURA 3 - BRASIL COLONIAL E SEU CENTRO ECONÔMICO.	35
FIGURA 4 - BRASIL COLÔNIA E OS NOVOS CENTROS.	39
FIGURA 5 - PORTUGAL DESLOCA SEU CENTRO ADMINISTRATIVO.	40
FIGURA 6 - MAPA MAGNÉTICO DO NORDESTE E SUAS ZONAS DE INFLUÊNCIA	78
FIGURA 7 – MAPA DO NORDESTE E A INTERAÇÃO CENTRO E PERIFÉRIAS.	79
FIGURA 8 – MOVIMENTAÇÕES “MAGNÉTICAS” DA ELITE EM RALAÇÃO AOS CENTROS.	80

1 Sumário

Introdução	10
CAPÍTULO I – O NORDESTE SECO	16
1.1 Uma breve história do Nordeste	18
1.1.1 A “DESCOBERTA”	18
1.1.2 As primeiras “empresas”	19
1.1.3 O açúcar	20
1.1.4 A expansão da Pecuária	21
1.1.5 As minas de ouro e a economia Nordestina	23
1.1.6 Mudanças no eixo, a vinda da família real para o Brasil	24
1.1.7 O café a miséria e a riqueza dos colonos	25
1.2.0 Uma análise da história econômica Nordestina	27
1.2.1 O estado e a igreja	28
1.2.2 Ocupações, centros e periferias	29
1.2.3 O pau-brasil a Metrópole e a periferia	30
1.2.3 Os engenhos, um novo “centro” luso-brasileiro	34
1.2.5 A pecuária	37
1.3.0 A economia Nordestina e as minas de ouro no Sul	38
1.3.1 O Nordeste periférico e a família real no Brasil	42
1.3.2 O café e a crise econômica geral no Nordeste	43
CAPÍTULO 2 – CONTROVÉRSIAS E CONCORDÂNCIAS	46
2.1.2 Definições sobre Nordeste	46
2.2.0 Controvérsias sobre a seca	54
2.2.1 A seca como problema	55

2.2.2 O “combate” à seca	58
2.2.3 “Convivência” com o semiárido.....	60
CAPITULO 3 - O NORTE MAGNÉTICO.....	65
3.1 O Um “novo” Nordeste, “gestação” e “Nascimento”	66
3.1.2 O “novo” Nordeste, “Nascimento”	68
3.1.3 A grande lavoura e suas “necessidades”	72
3.2.0 O Norte “magnético” suas faces e fases.....	77
3.2.1 O Norte “magnético” e suas elites periféricas.....	77
Referências bibliográficas	89

Introdução

Os estudos realizados na elaboração e escrita deste trabalho a partir da delimitação e escolha do tema partiram da leitura de uma obra clássica da literatura nacional sobre a região Nordeste. O livro “O Quinze” de Rachel de Queiroz (1930), ainda no início dos primeiros ensaios dessa pesquisa, foi propulsor da ideia, mas, outras obras e autores foram inspiração para definir o Nordeste como objeto de estudo. Os livros “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre (1933), “Menino de Engenho” de Jose Lins do Rego (1932) são algumas obras que também inspiraram essa escrita.

Partindo para o campo das obras acadêmicas e dos estudos históricos e sociais, as obras “A invenção do Nordeste e outras artes” (1999) de Durval Muniz de Albuquerque Junior, “Geografia da Fome” de Josué de Castro (1984), “O mito da Necessidade” de Iná Elias de Castro (1992), foram de grande importância teórica e motivadoras desse trabalho. Já no campo filosófico, as obras “A Ordem do Discurso” (1970) e “A Microfísica do Poder” (1978) de Michel Foucault, aparecendo ou não as teorias e as noções sobre as relações sociais e humanas, são direcionadas por essas leituras que ajudaram a montar bases teóricas possibilitando uma análise filosófica e na metodologia através das reflexões sobre a sociedade suas formas de “poder” e “discurso” que dessem fundamento as ideias e conceitos apresentados nesse trabalho.

O problema a que me debrucei para dar partida a este trabalho parte de questionamentos feitos também autores que trago nessa pesquisa, questões como pensar uma trajetória histórica que explicasse, como uma região cuja as bases de sua formação enquanto potencial econômico e social como foi a região que hoje se definiu como Nordeste, passa de centro da vida econômica da colônia para periférica em relação as demais regiões cuja a existência é posterior a sua? O que explicaria também o seu atraso econômico atual? Quando a seca enquanto condição natural e característica da região passa a ter importância e adentrar os discursos e transformasse num ponto chave para a tomada de atitude das elites Nordestinas?

Assim, as respostas dos autores para estas questões possibilitaram o espaço necessário para a pesquisa e finalmente a escrita desse trabalho. A percepção de que alguns autores já apresentavam ideias e conceitos que poderiam dar possíveis respostas a essas questões juntamente a vastidão de fontes de estudo nos mais variados campos das ciências humanas, dentro do mesmo tema proposto trouxe à tona uma outra questão, que era justamente a

“existência” de um Nordeste anterior ao ano de 1910, um questionamento feito em prefácio do livro *A invenção do Nordeste e outras artes* (2011), escrito por Durval Muniz de Albuquerque Junior e prefácio de Margareth Rago. Além disso as controvérsias que a ampla gama de estudos direcionados sobre o Nordeste criou, ao se tentar definir ou propor soluções ou mesmo apontar culpados para a seca no Nordeste, ou tomar as proporções que tomou e ainda para defini-lo como uma região necessitada e periférica.

Dessa forma, tendo essas questões em mente é que foi possível pensar em um conceito para definir e agrupar todas essas questões que envolvem a participação direta e indireta das elites nortistas, como principal agente definidor dos destinos tomados pela economia nordestina e a acentuação da miséria e das crises hídricas enfrentadas ao longo dos dois últimos séculos. O “Norte magnético” aparece juntamente as controvérsias de uma série de discursos que estão para as elites Nordestinas como um polo atrativo aos recursos e obras sociais e de infraestrutura do estado. Ao contrário do que se deveria ter como solução dos problemas da região, o olhar assistencialista passa a ser “combustível” juntamente a “indústria da seca” das formas mais perversas de dominação de massas.

Reunindo conceitos apresentados por alguns autores, conceitos como o de “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro” de Anthony John R. Russel-Wood (1998). Para ele, aquilo que se define como centro é subjetivo. Dessa forma, questões como poder econômico, demografia, importância política e de mercado não garantem ao lugar *status* de centro, mais sim, uma conjuntura de forças ideológicas dominantes, no caso de Portugal e Brasil, a presença das “Elites centrais” na metrópole portuguesa é que o torna um centro. Sendo assim possível entender, como uma minoria, mas, da elite, fez do Brasil um “centro econômico”, mas, subordinado a Portugal.

Alinhado a essas questões de centro e periferias é que Iná Elias de Castro descreve em “O mito da Necessidade” (1992) como as elites criaram no ideário das massas um sentido de “necessário” para a forma de domínio das elites sobre as periferias, ou seja, a ideia de que a proximidade destas elites com os centros seriam a única forma de obtenção de decisões favoráveis as classes baixas. No fundo a presença de uma classe média entre elite e periferia serve somente como retentor das aspirações das classes baixas prevenindo possíveis avanços aos centros tornando essa existência conflitante de interesses controversa.

O conceito de “elites periféricas” trabalhado pela autora dá um novo sentido ao conceito trabalhado por Russel-Wood, aprofunda a discussão das relações centro e periferias

levando em consideração o que podemos hoje chamar de “Classe média” como intermediário direto entre as elites centrais e as periferias. Essas relações de benefício e domínio das elites criam na prática, uma série de controvérsias, assim a escrita da história do Nordeste do ponto de vista das elites é extremamente questionável ao tempo que os mesmos sujeitos que aprofundam as dificuldades são também os que “buscam” formas de combatê-las.

Pensando nisso é que Bruno Latour em sua obra “Ciência em ação” (2000), nos auxilia no estudo dessas controvérsias presente no discurso dessas elites. Não sendo possível estabelecer a todo momento concordâncias entre discurso e prática sobre a vida das elites no Nordeste, é que se faz possível o seu enquadro no conceito estabelecido pelo autor. Quando percebemos que as elites se movem por suas bases históricas visando equilibrar-se sobre elas, podemos questionar a sua capacidade de atender demandas de outra classe que não seja equivalente à sua. A questão é entendermos como seria possível o estabelecimento de políticas da parte das elites centrais (senhores latifundiários e representações políticas) para as periferias (pobres trabalhadores residentes em áreas de pobreza extrema) sem que para isto saiam de suas zonas de conforto.

Na busca por um entendimento dessas políticas que visam à sobrevivência do pobre trabalhador comum é que vemos mais controvérsias, assim quanto mais nos aprofundamos na leitura de variados estudos que relatam ações diversas saindo do campo nacional para o regional é que encontramos mais do mesmo. Por exemplo quando lemos que é necessário resolver o “problema da seca” no Nordeste, temos a noção de que será apresentado alguma proposta de “resolução” dessa questão, mas se torna controverso ao depararmos com a prática.

A prática mostra que se pretende “conviver” com a seca, mas convivência não é uma resolução pois, consideramos que o anseio das pessoas que habitam essa região seria de não mais ter que se preocupar com a seca. A convivência com algo propõe o contrário do fim do problema, a ideia de convivência está na realidade mantendo o problema perto, porém tratando-o como um mal menor, dessa forma é claro, consideramos que nada pode fazer o homem para conter totalmente as forças da natureza, mas suas ações destrutivas estão ligadas diretamente a acentuação das séries de problemas que surgem junto da falta de chuvas regulares.

Outra questão de convivência problemática para maior parte do povo Nordestino, se trata da manutenção das elites locais como classe dominante e agentes interventores das políticas de “combate à seca”. Nesse caso, muitos estudos como os do Josué de Castro apontam a participação das elites econômicas e políticas no agravamento das questões humanitárias no

Nordeste, ao tempo que estas mesmas são eleitas através do discurso humanitário de combater os efeitos desse fenômeno, assim quanto mais nos aprofundamos no estudo dessas existências antagônicas, vemos um ambiente ainda mais controverso.

A questão é que quando lermos artigos relacionados ao tema da seca no Norte do país, temos quase sempre o reforço de questões pontuais como as que pretendo discutir. E isso não é um problema, na realidade é até necessário pois reforça os trabalhos anteriores a eles, se tratando de Nordeste à uma variedade de interesses por trás da escrita e dos discursos sobre ele lançados constantemente, a aqueles cuja a vida e trabalho está em denunciar de fato as faces do discurso demagógico das elites políticas, também aqueles cujas seus trabalhos estão sobre influência destas mesmas elites e buscam amenizar a dureza dos demais sobre elas.

Por isso é controverso uma pratica “equiparam-te” da parte daqueles cujas as bases de sua existência estariam no distanciamento e diferenciação das demais classes periféricas. Por isso é necessário a escrita da história dessas elites considerando suas movimentações nas relações centro e periferia, dessa forma organizando a escrita da história como proposto por Michel de Certeau em seu livro “A escrita da história” (1982), onde o entendimento da “técnica” que nos leva a uma “pratica” torna a escrita uma “ciência”. Então ao se organizar series de momentos dentro da história nordestina onde as elites aparecem em momentos de crise como “mediadores” das soluções as demandas das preferias, torna um entendimento da sua perpetuação sobre as mesmas bases possível.

Dessa forma Certeau ao ressaltar a escrita da história como “relativa” a um lugar e a um tempo, podemos compreender as controvérsias presentes nos variados estudos sobre um mesmo “objeto” como naturais, dessa forma sempre devemos levar em conta que as técnicas de escrita e análise de cada autor estão sobre a influência de seu lugar. Abre espaço a crítica e possibilita novos avanços no mesmo campo de analise, reforça o emprego do método e amplia o campo das práticas, sem limitar possibilidades na elaboração de novos conceitos desde que haja fundamentos para isso.

Na tentativa de “demonstrar” a fundamentação das bases que até hoje influenciam as elites além do Nordeste, mas, também em todo o país, reuniu-se relatos através de estudos realizados por alguns autores de anos, lugares e ofícios variados. Considerando que esses distanciamentos reforçam as teorias levantadas sobre o objeto estudado, pessoas de lugares e pensamentos diferentes defendendo uma mesma tese da sua forma, fugindo da premissa de

afirma-lhes somente que segundo os historiadores; a seca no Nordeste é um problema causado pela falta de chuvas e pela má gestão dos recursos destinados a seu “combate”.

Ao considerar as ações das elites no Nordeste desde a “descoberta” como primordial e diretamente ligada aos desdobramentos da história dessa região, podemos através das análises apresentadas por alguns autores e as ações que as fizeram ser quem são. Considerando toda uma luta secular de manutenção do seu status. Ao defrontarmos a seca no Nordeste como nosso objeto de estudo, temos que para alguns autores como, Roberto Marinho da Silva (2003) e Aziz Nacib Ab’Saber (1999), a seca e as tentativas de combate-la tornam-se questões paradigmáticas. Roberto Marinho ao apontar uma série de paradigmas destacam-se “o combate à seca” e a “convivência com o semiárido” como base para o estudo dos demais, pois dentro destes transitam questões como a “prática” e o “teórico”, tomando a seca como agravante natural das crises da região, seu combate já resolveria de início boa parte das questões que se levantem sobre o objeto trabalhado.

Dessa forma é que dentro da “convivência” o paradigma do “antropocentrismo” onde o homem tende sempre a devorar toda a natureza necessária para seus usos diversos, perpetuando a luta, homem e natureza, exaurindo os recursos naturais em prol da sua sobrevivência, contribuiu para os piores desfechos possíveis da história das secas na região. Por isso talvez, muitos autores apontem a “convivência com o semiárido” no caso do Aziz Ab’Saber como uma “falácia”.

Autores como Josué de Castro ao apresentar o seu trabalho “Geografia da Fome” (1984), e analisar uma sociedade alicerçada sobre uma região “pobre” com zonas de grande miséria, nos ajuda a pensar em como as regiões mais antigas dos centros econômicos continuam as mesmas, e ao adentrar o sertão as condições de vida nas áreas interioranas continuam “inalteradas”. Quando consideramos que a possibilidade de implantação de indústrias e tecnologias eficientes de produção de alimentos e bens de consumo nos dias atuais são bem mais acessíveis, fica fácil questionar essas diferenças entre regiões e mais ainda a existência de “zonas de extrema pobreza”.

Dessa maneira é que a organização dos capítulos desse trabalho está montada de forma que o objeto de estudo seja quase didático. Partindo do pressuposto de que esta é uma escrita de possível entendimento do leigo e do conhecedor do objeto desse estudo, no caso, o Nordeste, por esse motivo e que, os capítulos se organizam da seguinte forma. primeiro, a história do Nordeste; partindo da descoberta em 1500, até o fim da colônia no século XVIII, onde já será

introduzido conceitos de centro e periferia abrindo caminho para seu aprofundamento já no capítulo 2 e 3. No segundo capítulo, são apontadas; definições para o Nordeste, através da escrita de alguns autores de alguns campos das ciências humanas, como Josué de Castro em “Geografia da Fome” (1984) e Durval Muniz de Albuquerque Junior em “Falas de astucia e de angustia” (1988), e por último as controvérsias presente na escrita desses autores. O terceiro e último Capítulo; traz uma discussão aprofundada do conceito de “Norte magnético” apresentado nesse trabalho suas formas e seus usos, o trabalho da elite e seus campos de atuação, suas adaptações visando a conservação das suas áreas de influência e domínio, através do emprego do discurso direcionado dos centros as periferias como perpetuação de seus domínios mitificando a “necessidade” de sua existência na mentalidade das classes periféricas.

CAPÍTULO I – O NORDESTE

A história do Nordeste brasileiro teria cerca de 520 anos já que o processo colonial foi iniciado em 1530. O início do século XIX trouxe consigo o que Caio Prado Junior (1981, p. 5) chamou de “uma etapa decisiva em nossa evolução” em seu livro “Formação do Brasil contemporâneo”. Seja em seu território, na sociedade ou na política, o ponto de partida dessas transformações que “fundam” o Brasil, encontra-se ao “norte”. Nesse sentido, teria a região “evoluído” simetricamente ao país?

A resposta para essa pergunta deve ser discutida nesse trabalho que procura acompanhar a trajetória de formação e existência desta “rica e desvalida” região. O Nordeste e seus problemas são tão antigos quanto sua própria existência já que tudo transita na sua localização geográfica e nas marcas climáticas de seus extremos. Nesse primeiro capítulo farei uma análise partindo da escrita da história econômica do Nordeste, e segundo uma análise dessa história econômica através dos trabalhos de alguns autores que indicarei no decorrer dessa escrita. A história que trago sucede ao século XVIII e atravessa o século XIX. O recorte nasce da leitura da obra “A invenção do Nordeste e outras artes” Albuquerque Junior, (2011, p. 13) quando a prefaciante Margareth Rago diz que “Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava em nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como uma gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada”.

Outro ponto fundamental para a reflexão é o “nascimento” do Nordeste a partir das ações das elites, para isso reunirei alguns autores como A. J. R. Russel-Wood, Boris Fausto, Pedro Calmon, Mary Del Priore. Através de suas obras procurarei escrever a história dessa região a partir de pontos essenciais como a “descoberta” sua ocupação e seus centros e periferias, o engenho a economia e suas crises, a sociedade colonial Nordestina e sua vida.

A elite nordestina, não custa frisar, fazia bom proveito da desgraça, empregando salários míseros aos trabalhadores do campo que, sem perspectivas, aceitavam qualquer coisa. Sobre o nordestino miserável e o sistema de poder Albuquerque Junior (2011, p. 31) comenta que: “O nordestino miserável, seja na mídia ou fora dela, não são produtos de desvio de olhar ou fala, de um desvio de funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a este sistema de forças e dele constitutivo”.

Dessa forma, Albuquerque Junior afirma que essa “inerência” do nordestino em relação ao poder das elites é o que às mantem. Alimentar a miséria é o que torna a elite nordestina elite econômica. A mentalidade da elite nordestina está muito ligada a casa grande¹. Segundo Iná Elias de Castro (1992, p. 16-17) no Nordeste “[...] uma análise das características sociais e econômicas indica que, apesar do avanço e da modernização dos setores da economia regional nas últimas décadas suas questões políticas e sociais permaneceram pouco alteradas [...]”, sobretudo, entre os séculos XIX e XX.

Assim, podemos perceber no texto de Albuquerque Junior a ligação quase umbilical entre as elites regionais e o uso do discurso sobre a seca no Nordeste. Para o autor “O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação a sensação de perda de espaços econômicos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e dos intelectuais a eles ligados” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 80).

A manutenção do status dos senhores vem da perpetuação da baixa ou nenhuma educação dos trabalhadores pobres que vivem da terra, todo o problema que envolve essa região está ligado a uma prática de favorecimento de uns sobre os outros. Além disso, para Castro (1992, p. 18): “[...] o processo de conservação do poder político regional desenvolve suas próprias regras, nem sempre articuladas com o poder político nacional; as elites regionais possuem seus próprios interesses e suas relações com o poder central orientam-se no sentido de conserva-los”

Antes de qualquer coisa o Nordeste é uma “necessidade”, sua “gestação” é exterior ao seu corpo físico e antecede a sua afirmação como “estado”. Para Albuquerque Junior (2011, p. 81) “O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1887 veio colocá-lo como problema mais importante desta área”.

Sendo assim precisamos entender a história do nordeste e da elite que o governa. Para tal farei aqui um breve resumo da história dessa região pondo em destaque as ações das elites que aqui se instalaram. Assim podemos visualizar toda a trajetória que define o Nordeste desde a descoberta até o fim do processo de colonização.

¹ Gilberto Freyre, em seu livro discute como a “casa grande” além da estrutura, forma a sociedade brasileira no cenário em que se encontra o mundo no século XIX, fala como a miscigenação das raças obteve sucesso no Brasil indo de frente com as teorias do sangue “puro” e do “eugenismo”, ao tempo que defende que a escravidão apesar de negativa, teve sua importância na construção e no sucesso da diversidade brasileira. Ver: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

1.1 Uma breve história do Nordeste

Para que possamos melhor nos situar é preciso deixar claro que nesse primeiro momento iremos trabalhar sobre duas perspectivas. Primeiro um breve ensaio sobre a história econômica do Nordeste (Brasil); e, em seguida uma análise dessa história através da escrita de alguns autores como Pedro Calmon em “História social do Brasil” (1937), Anthony John R. Russel-Wood em “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808” (1998), Boris Fausto em “História do Brasil” (1994) e Mary Del Priore, Renato Venâncio em “Uma breve história do Brasil” (2010).

Para o ensaio de início trabalharemos com Fausto Boris e seu livro “História do Brasil” e Pedro Calmon e sua “História social do Brasil”. Os autores descrevem toda a trajetória da sociedade brasileira desde sua formação ao fim da colônia (séculos XV a XIX). Assim poderemos, através do entendimento da formação da sociedade Brasileira, compreender a participação do Nordeste nessa formação e os processos que fizeram dessa região um dos maiores polos atrativos dos mais variados discursos, envolvendo temas como seca, fome, miséria, riqueza, indústria e políticas.

1.1.1 A “DESCOBERTA”

Movidos mais por fé ou desespero e muito pouco vento favorável o trajeto que levaria os Portugueses a “descoberta” desta terra não foi traçado nem nos sonhos mais delirantes daqueles homens moribundos e sedentos. Mesmo assim, a “glória” do novo colocou em destaque o espírito desbravador daqueles homens:

Não tiveram precursores nem mestres: tiraram da sua faculdade de mimetismo - aceitando as formas de trabalho do povo indígena - e da sua admirável iniciativa - importando a planta, conquistando a terra, criando o engenho e entabulando o comercio - uma, colônia e um Estado (CALMOM, 1937, p. 11).

Por um bom tempo - entre a chegada ao estabelecimento das primeiras povoações - o Estado português se manteve indiferente quanto ao investimento na nova terra, mas a de considerar o bom olho português para o investimento em culturas de alta produção de baixo custo e grandes lucros. Segundo Calmon (1937, p. 12) “Até então, nenhum outro povo fôra tão longe granjear culturas, instalar indústrias, enraizar-se num país remoto e desconhecido - "a Terra de Santa Cruz pouco sabida". Os portugueses da Ásia voltavam, opulentos; os do Brasil ficavam fixados pelo "latifúndio".

O contato com as populações nativas, a princípio, foi amistoso. Grupos ameríndios estendiam-se por toda a costa com uma grande variedade linguística e cultural. Os tupis praticavam a caça, a pesca e agricultura como notaram os portugueses. Segundo Boris Fausto (1994, p. 40) “Para praticar a agricultura, os tupis derrubavam árvores e faziam queimadas – técnica que iria ser incorporada pelos colonizadores”. Tribos de tupis, guaranis e caetés se estendiam por toda a faixa litorânea e era comum para algumas tribos por estarem próximas ou terem uma boa relação se comunicarem de forma sistemática, produziam o que lhes era necessário para sobrevivência e em alguns momentos se encontravam para a troca e obtenção de bens de “luxo” e alguns produtos excedentes.

1.1.2 As primeiras “empresas”

A necessidade de se investir na nova terra não esteve na lista de prioridades da coroa Portuguesa, pelo menos nos primeiros 40 anos. Ainda se desconhecia o potencial do “novo mundo”. Isso veio a mudar com a extração de pau-brasil. A terra, inclusive, já em 1503 era associada a madeira segundo Boris Fausto (1994, p. 41).

Descoberto então o potencial desta árvore tratou-se de estabelecer um modelo extrativista. Segundo Fausto (1994, p. 42) “Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do Pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios.” À medida que a exploração da madeira avançava, também se tornava mais escassa, sendo assim ainda mais necessária a participação indígena paga com “quinhilarias” de baixo valor para os portugueses.

Aqueles que se despuseram a fincar-se a terra, ficaram conhecidos como “brasileiros” ou comerciantes de pau brasil. Segundo Calmon (1937, p. 14) “[...] para prosperar na terra, lançou-lhe a semente exótica. Plantou a cana de Cabo-Verde, trouxe d'África quem a cultivasse,

passou-se para o Brasil com as suas armas, com o seu cabedal, com as promessas que lhe fazia el-rei de muitas regalias.” O brasileiro foi o único que utilizou de alianças com os “índios” para a obtenção da madeira, mas, em outro momento para erguer seus engenhos os prenderam e escravizaram.

1.1.3 O açúcar

No Nordeste a monocultura do açúcar foi o grande produto. Sua alta rentabilidade e a mão de obra escrava fez dessa cultura grande fonte de riquezas antes da exploração dos minérios preciosos (FAUSTO, 1994). Muita coisa iria acontecer até a consolidação do Brasil como potência exportadora de açúcar e também o seu declínio perante as investidas de outras nações na produção e refino do açúcar, como a Holanda.

O clima tropical e as chuvas regulares propiciavam o ambiente perfeito para a plantação dessa cultura. Segundo Fausto (1994, p. 77) “Não se conhece a data que os Portugueses introduziram a cana-de-açúcar no Brasil. Foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção se estabeleceu em bases sólidas.” A Bahia e Pernambuco foram as principais regiões com clima favorável a plantação e produção do açúcar de boa qualidade.

A princípio quem fazia grandes plantações eram senhores muito abastados. Segundo Calmon (1937, p. 32) “Um engenho de açúcar, porém, requeria importante cabedal, um considerável começo de riqueza. Fôra o próprio infante navegador, D. Henrique, quem fizera transplantar para a ilha da Madeira cana de açúcar da Sicília e lá estabelecera as primeiras fabricas.” Dessa maneira aqueles que vindos ao Brasil crescer, encontrava também um entrave de capital reduzindo bastante a possibilidade de ser assim um grande produtor.

Quando não se dispunha de tanto capital para o custeio das reformas ou até mesmo da montagem dos engenhos, os fazendeiros conseguiam empréstimos com comerciantes locais. Segundo Fausto (1994, p. 79) “[...] os comerciantes tinham com os senhores de engenho uma relação muito especial. Financiavam instalações, adiantavam recursos para se tocar os negócios e, pela própria posição que ocupavam tinham grande facilidade de fornecer bens de consumo importados”. O rendimento da produção e comércio do açúcar ainda não estava de fato no seu auge, isso mudaria com a introdução dos escravos vindos da África.

As missões jesuíticas nas matas iam em busca do indígena, tendo conhecimento das línguas os jesuítas tinham como missão converte-los ao cristianismo e mudar assim também

sua cultura, principalmente com relação ao trabalho regular. Mesmo assim, o índio não representava a maior parte da mão de obra, mas, também compuseram a força dos engenhos. Segundo descreve Fausto (1994, p. 79) “Nas décadas de 1550 e 1560, praticamente não havia Africanos nos engenhos do Nordeste, a mão de obra era constituída por escravos índios ou, em muito menor escala por índios vindos das aldeias jesuíticas, que recebiam um salário ínfimo”.

As missões jesuítas eram de grande interesse dos senhores de engenho. Para Fausto (1994, p. 80) eles “[...] tiveram um considerável poder econômico. Eles formavam uma aristocracia de riqueza e poder, mas não uma nobreza hereditária do tipo que existia na Europa.” O que explica na realidade o “status” desses senhores era a importância na colônia e a sua grande riqueza e tudo isso graças a alta produtividade e valorização do produto naqueles tempos.

A situação era muito favorável a maior parte das províncias do Norte concentrando a maior parte da produção do açúcar que era exportado. Segundo Fausto (1994, p. 82) “Entre 1570 e 1620 houve uma conjuntura de expansão, dado o crescimento da demanda na Europa e por não haver praticamente concorrência.” Dentro da colônia outros acontecimentos seriam agravantes e decisivos para a colônia e para a direção dela, a metrópole ainda muito distante sofria com os riscos eminentes de invasores.

Tanto territorialmente quanto economicamente seria trágico para Portugal a entrada de inimigos em sua colônia de maior potencial econômico ascendente. Segundo Fausto (1994, p. 82) “As invasões no geral tiveram um efeito muito negativo, embora seja necessário fazer algumas distinções. A ocupação de Salvador em 1624 e 1625 foi desastrosa para a economia açucareira do Recôncavo baiano, mas, não para Pernambuco.” Do contrário também aconteceu quando Pernambuco foi ocupada pelos Holandeses em 1630.

Os problemas só estavam começando, outras nações também já a muito tempo estudavam sua entrada no mercado açucareiro. Segundo Fausto (1994, p. 82) “Na década de 1530 surgiu a concorrência, nas pequenas ilhas das Antilhas, Inglaterra, França e Holanda iniciaram o plantio em grande escala, provocando uma série de efeitos negativos na economia Nordestina.” Isso desestabilizou totalmente a economia açucareira Brasileira que nunca mais foi a mesma.

1.1.4 A expansão da Pecuária

Na maior parte da colônia, a pecuária ainda era de subsistência, ou seja, nada de grandes rebanhos. No Nordeste as áreas verdes e de solo produtivo era quase toda destinada ao plantio da cana, assim a expansão das áreas produtivas passaria pelo desbravamento dos sertões. Isso era trabalho dos chamados bandeirantes que adentravam as matas em busca de matérias de valor como metais e escravos indígenas, mas, nos sertões quando o Bandeirante findava sua busca por metais preciosos e caçar índios se estabelecia sua fazenda ao modo antigo e patriarcal, começando assim as enormes criações e grandes latifúndios (CALMON, 1937).

Mas ante a essa nova forma de vida os sertões possuíam um grande e vasto vazio de natureza perversa, que precisava ser rompida a todo custo e a custo de tudo, cuidar do gado nas condições que o sertanejo encontrava era um desafio e tanto. Segundo Calmon (1937, p. 202): “O problema do sertão era o das imensas distancias através dos desertos secos ("caminhos de mobilidade e dispersão") entre os vales sobejamente irrigados ("zonas de concentração ativa").” Essa é uma das principais características naturais do sertão Nordeste desafiando e moldando a dureza do sertanejo.

A seca ainda não tomava a proporção que viria a tomar, nem tinha tamanha importância que viria a ter nos séculos XVIII e XIX pois o sertanejo convivia muito bem diante dessa característica da região. Nesse aspecto, a lida com o gado “selvagem”, aqueles que nasciam e cresciam nas matas, era um problema que exigia mais atenção no momento, por não se reunirem como os demais “domésticos”. Segundo Calmon (1937, p. 203): “Diz Arruda Câmara, que antes da seca de 1793 os vaqueiros exterminavam periodicamente o gado selvagem, para que não estragasse o gado curraleiro.” Contudo, a seca antes ignorada e quem seria responsável por exterminar não só o gado “selvagem”, como também o “domestico” nas fazendas.

O que ajudava ao sertanejo a sustentar seus rebanhos era uma característica instintiva dos rebanhos. “O boi tem o instinto da humidade e do espaço. Sabia procurar a água; e a sua multiplicação nos desertos pôde dar a estes uma fisionomia econômica, como terras pastoris por excelência.” (CALMON, 1937, p. 202). Os sertanejos se assentavam próximo a água, mas foi o gado que abriu o Sertão, assim o gado conduziu o homem e para conserva-los dividiu-se o sertão em várias partes, mas, não raramente estes extrapolavam os limites das suas terras.

O vaqueiro trabalhava por sua subsistência, recebendo como paga parte dos bezerros nascidos. A escassez tornava os sertões autossustentáveis com uma agricultura de subsistência e a criação do gado:

Contra a seca tinham a sua "cacimba", e quando está se esvaziava havia o umbuzeiro, sempre-verde, último refúgio do sertanejo, pela sombra e pelo fruto, traço de união entre o inverno e a estiagem, que radicava ao seu chão ardido o homem sofredor e perseverante, "dócil! e supersticioso", (CALMON, 1937, p. 205).

Assim, o vaqueiro vai simbolizar o masculino no Nordeste: bruto, perseverante e seco. O gado e seu pastoreio, trouxe mudanças culturais e geográficas a região, mas, na mesma medida exaltou as raízes indígenas e suas práticas agrícolas. Os sertões ficaram assim distantes até a descoberta das primeiras minas na região sul, alterando mais uma vez todo um modo de vida e a economia já tão dispersa.

1.1.5 As minas de ouro e a economia Nordestina

O século XVII marcou mais uma grande mudança na colônia Portuguesa: o Nordeste deixou de ser o foco principal da vida econômica da colônia:

A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na metrópole e na colônia. Na Metrópole a corrida do ouro provocou a primeira grande corrente imigratória para o Brasil, durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, chegaram de Portugal e das ilhas do atlântico mais de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente de mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros (FAUSTO, 1994, p. 98).

O Nordeste passou por um período de ascendente crise econômica e social, o que significa que qualquer mudança estrutural e desvio dos investimentos nos produtos mais rentáveis da região (açúcar, algodão, carne e a mão de obra) significaria um choque direto no status primordial dessa região, mas:

Há exagero em dizer que a extração do ouro liquidou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro, e como vimos, não morreu, mas não a dúvida que foi afetada pelo aumento do preço da mão de obra escrava, dada a ampliação da procura (FAUSTO, 1994, p. 99).

O Nordeste assume nesse período um papel de fornecedor de commodities² para os estados do sul. Segundo Fausto (1994, p. 99) “Gado e alimentos foram transportados da Bahia para Minas e um comércio se estabeleceu no sentido inverso. Do Sul, vieram não só o gado, mas as mulas, tão necessárias para o carregamento das mercadorias.” Nesse ponto houve uma forte troca de mercadorias e principalmente saindo do Nordeste no Sul da Bahia.

Em meados do século XVIII essas trocas comerciais trouxeram um problema que acentuaria ainda mais a decadência econômica do Nordeste Brasileiro. Segundo indica Fausto (1994, p. 101) “[...] foi proibida a exportação interna, da Bahia para Minas, de mercadorias importadas de Portugal; tomaram-se medidas no sentido de assegurar o suprimento de escravos para o Nordeste.” Essa medida foi necessária para garantir a disponibilidade de mão de obra em ambas as regiões, Minas e nordeste.

Ao fim do século XVIII, as minas já não tinham mais a mesma rentabilidade do século passado, não que deixasse de haver ouro nas minas, mas, sua extração se tornaria tão custosa que não foi mais atrativa. Segundo Fausto (1994, p. 106): “[...] o período de apogeu situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio. A partir do século XIX a produção aurífera já não tinha maior peso no conjunto da economia brasileira.” Esse fato também causou o declínio das cidades mineiras, tanto na sua demografia quanto na sua economia.

1.1.6 Mudanças no eixo, a vinda da família real para o Brasil

Nos primeiros anos do século XIX a família real fugiu de Portugal para sua colônia americana em decorrência da guerra com a França. Fausto (1994, p. 99) destaca que “[...] logo ao chegar, durante a sua breve estada na Bahia, Dom João decretou a abertura dos portos as nações amigas (28 de janeiro de 1808).” A colônia até esse momento estava sobre regência do príncipe desde 1792, pois a rainha Dona Maria fora declarada louca.

O novo reino tinha agora que atender aos interesses das “nações” amigas. O comércio sofreria mudanças relevantes para o desgosto de uns e o favorecimento de outros. O novo decreto estabelecia o “livre comércio” na colônia, e estava limitado a alguns portos como

² **Comodities** são definidas como produtos de ampla produção que fornecem matéria prima para diversos setores industriais e sociais. no caso colonial brasileiro essas mercadorias eram destinadas aos estados do Sul principalmente as Minas, para o fomento da extração do ouro e diamantes. Ver: VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, p. 267-295, 2014.

Belém, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, o imposto cobrado sobre as mercadorias que entravam com os navios portugueses tinha baixado de 24% para 16%, mas, os comerciantes logo sofreriam com as concessões feitas a Inglaterra” (FAUSTO, 1994, p. 124).

A nova ordem administrativa e econômica da colônia passou por transformações com relação ao tráfico e a escravidão. A Inglaterra iniciaria sua pressão sobre os brasileiros para que se pusesse fim a essa forma de trabalho. Segundo Fausto (1994, p. 125) “A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o quadro das relações internacionais com relação a América do Sul.” Mudava-se também o eixo administrativo para o Rio de Janeiro.

Todas essas mudanças não agradaram aos colonos. Os atritos que já existiam entre os nascidos na terra e os lusitanos ficaram cada vez mais acentuados, o que levou a exaltação do sentimento “nativista”. Fausto (1994, p. 127) afirma que “Ao transferir-se para o Brasil a coroa não deixou de ser Portuguesa e favorecer os interesses portugueses no Brasil.” Fator importante para as rupturas que estavam acontecendo dentro da colônia.

O Nordeste já não muito contente com as desigualdades entre os eixos Norte e Sul, traria um novo sentimento para com a administração real: o enorme desconforto pela distante administração Central. Em 1817 as revoluções no Nordeste e o sentimento de abandono por parte da administração somou-se a deficiência econômica e os privilégios concedidos aos que vinham de Portugal (FAUSTO, 1994).

1.1.7 O café a miséria e a riqueza dos colonos

A construção e manutenção dos engenhos requeria o desgaste de pequenas fortunas, mas, em troca se tinha grandes lucros e benefícios. Calmon (1937, p. 33) ressalta que “A indústria do açúcar tem uma origem capitalística. Oficialmente, foram os mercadores de Lisboa os dinheirosos sócios dos colonos que armaram engenho.” Por isso também as desigualdades entre as riquezas das capitanias eram em alguns casos expressivas a depender dos investimentos nelas injetados.

Mas, passados todos os grandes momentos do grande engenho e do ouro branco, o Nordeste passaria por um extremo e progressivo período de decadência de sua hegemonia econômica no cenário nacional. Os cafezais do Sul teriam copiado, segundo Calmon (1937, p.

222), “[...] a indústria do açúcar o seu feitio próprio, estabilizando uma aristocracia territorial igualmente servida pela escravatura numerosa, que reproduziu, nas fazendas da província do Rio de Janeiro, a forma família e a autarquia dos engenhos de Pernambuco”.

Uma mudança brusca nos pilares econômicos da velha colônia forçava as províncias do Norte a se “render” a exportação de sua mão de obra escrava para os cafezais do Sul:

O fenômeno, distintivo do povoamento das Minas Gerais, do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul e do Nordeste, consistiu na descida de importantes famílias das montanhas auríferas para os campos do Rio de Janeiro, aí plantando em concessões de terras conquistadas aos índios "coroados", cafezais progressivos. (CALMON, 1937, p. 222).

Ainda segundo Calmon (1937, p. 222-223) “[...] do norte das Minas Gerais se mudaram muitos colonos para o sertão de S. Francisco (região de Caetité), para a planície goiana e para o oeste de S. Paulo, a partir de 1850 investido pelos cafeicultores”. O café se tornou o grande carro chefe da economia Brasileira, deixando aos poucos de lado a velha economia açucareira e a exploração das minas.

Enquanto o Sul prosperava o Nordeste amargava uma decadência da economia. Como nos diz Calmon (1937, p. 223) “Com o florescimento da cultura cafeeira, os fazendeiros paulistas passaram a comprar os escravos às províncias septentrionais, onde se extremou a crise comercial do açúcar.” A grande migração do escravo para as províncias do sul, cada vez mais despovoava os engenhos do Norte, equiparando ainda mais o Sul e o Nordeste.

Mesmo entendendo a necessidade de se manter a mão de obra tão necessária aos interesses da economia açucareira, os fazendeiros continuavam a vender seus escravos. Para Calmon (1937, p. 227) “Podiam os fazendeiros fluminenses pagar altos preços pelos "fôlegos" que sobravam aos desmantelados engenhos do norte; e pagaram, preferindo os trabalhadores já familiarizados com as lides rurais, práticas da vida agrícola.” A abolição final da escravatura só piorou ainda mais as condições das províncias do Nordeste, diferente do Sul que teve um grande estímulo a imigração de estrangeiros que substituiu a mão de obra escrava.

1.2.0 Uma análise da história econômica Nordestina

A história do Nordeste é também uma história de lutas e dominação. Sendo assim possível identificar processos históricos únicos, nas lutas dos povos nativos contra o colonizador, o colonizador contra os invasores e do colono contra a metrópole. Esse conjunto controverso de lutas e dominações é a base para nos fazer entender a situação atual em que o nordeste se encontra. Uma breve análise dessa história a partir das ações das “elites” que aqui se firmaram nos ajudará a entender um longo e eficiente processo de dominação de poucos sobre muitos.

Segundo Anthony John R. Russel-Wood (1998), no texto “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”,

As notícias acerca da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral à costa do Brasil em 1500 não tiveram grande ressonância nas ruas de Lisboa ou na corte real [...] somente em 1549 foi ali estabelecido o governo da Coroa. Entretanto, na metade do século seguinte, o Brasil permaneceria periférico às atenções reais (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 188).

Seja um feito notável ou fruto do acaso a “descoberta” das novas terras não chamou tanta atenção pois ainda não se tinha a dimensão da riqueza que ali se ocultava, era um empreendimento arriscado e havia poucos portugueses com condições de se aventurarem em terras distantes e desconhecidas. Como destacado acima esta percepção foi mudada com a descoberta do “Pau-Brasil”.

Segundo Pedro Calmon no seu livro “História social do Brasil” (1937, p. 11) “[...] os portugueses colonizadores do Brasil foram os primeiros europeus a verdadeiramente se estabelecerem em colônias, vendendo para esse fim quanto possuíam em seu país de origem casas, mobílias, joias e transportando-se com a família e cabedais para os trópicos”.

O Nordeste foi dessa maneira o ponto de partida para o Brasil, dele foi se estendendo aos poucos não só as grandes propriedades, mas também os costumes e modos de vida:

Até 1776 - quando se iniciou a intensiva colonização do nordeste - as regiões mais civilizadas do Brasil tinham os limites dos engenhos do Maranhão, de Pernambuco e

da Baía, e de certas zonas metalíferas das Minas, com os seus escoadouros do Rio de Janeiro e de S. Paulo (CALMON, 1937, p. 72).

Dessa maneira podemos notar que a estrutura sócio econômica nordestina molda as demais regiões emergentes, define assim o “tamanho” que essas regiões devem ter para serem então consideradas “cidades” e “províncias”; define assim também quem é centro e quem é periferia nos moldes em que se encontravam as propriedades e povoamentos. Enquanto sociedade brasileira o Nordeste se organizava aos moldes da elite Cristã Portuguesa. Segundo Fausto (1994, p. 59) “[...] as duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o estado e igreja”.

1.2.1 O estado e a igreja

Durante todo o período colonial a igreja esteve dentro das decisões que abrangiam a vida e até mesmo a economia. Ela regia a vida e ditava o comportamento dos homens e mulheres, mantendo vigilância constante a vida promiscua dos colonos. Segundo Calmon (1937, p. 96) “A vida religiosa, de um lado, do outro a desmoralização dos costumes, chegaram a ameaçar de extinção a raça europeia na colônia infestada de africanos”.

O colono vivia entre uma constante dualidade: a fé e a violência. De um lado “Ninguém anda sem rosário na mão, terço ao pescoço e um Santo Antônio sobre o buxo. [...] ao mesmo tempo - não há quem não tome as precauções de não sair de casa sem um punhal á cava, pistola no bolso e espada das mais compridas á ilharga esquerda” (Calmon, 1937, p. 96). Para Pedro Calmon (1937, p. 98) “O religiosismo do colono era, por força, mais de verniz que de consciência - porque na sua raça se debatiam as mais contraditórias impiedades: o animismo do negro, o materialismo do judeu, a incredulidade do índio, as superstições medievais”.

A igreja estava para o estado como uma mãe, no caso lusitano ela era a gênese das suas cidades e vilas, era a base educadora das suas gerações de homens e mulheres, nenhuma decisão se tomava sem que a igreja a mediasse:

A sociabilidade, no meio individualista em que a colônia se formou, movia-se em torno da igreja, que aglutinava as atividades esparsas como um centro comum de

moralidade e espiritualismo, e de algumas famílias predominantes, que precipitaram a criação tribal das nossas vilas (CALMON, 1937, p. 103).

Nas fazendas de açúcar era de praxe que os senhores construíssem seus próprios templos, as festas eram realizadas envolta das comemorações religiosas, características de uma sociedade extremamente conservadora e reprimida, principalmente no que se refere as relações amorosa entre rapazes e moças. Segundo Calmon (1937, p. 107) “A saída dos templos, nos domingos, é que o rapazio admirava as moças, é que o traje rico emocionava a colmeia pobre, é que o namoro tecia os seus enredos, é que o gosto da vida interrompia, por instantes, a melancolia colonial”.

Apesar da grande proximidade entre igreja e estado há de se lembrar que “Poucas igrejas no Brasil foram edificadas com os recursos do Estado: representam, quase todas, a oblata dos fiéis - milionários como Domingos Afonso Sertão, que construiu o noviciado dos jesuítas, na Baía.” (CALMON, 1937, p. 111). Isso porque já havia uma enorme concentração fundiária na colônia, os recursos que financiavam essas obras vinham das mãos dos senhores de engenho que esbanjavam luxuosas capelas com grandes gastos em ouro. Segundo Calmon (1937, p. 111): “[...] assim, naturalmente, a arte mais perfeita, os interiores mais luxuosos, a alfaia mais nobre, os edifícios mais notáveis da colônia, foram religiosos”.

A igreja intervia diretamente nas estruturas das vilas e cidades, até por que assim como foi feito ao chegarem a estas terras, os portugueses fincaram uma cruz demarcando início da colônia. Segundo Calmon (1937, p. 113) “As povoações coloniais de origem jesuítica tiveram, invariavelmente, a forma quadrangular - copiando o colégio rural dos padres - centralizada pela igreja-genetriz.”. De um lado o estado e suas leis e do outro a igreja, confundirlos não era difícil, mas, dentro da igreja nem mesmo os agentes estatais de policiamento poderia intervir. Quem se recolhesse a casa de Deus, não podia ser de lá tirado pela justiça del-Rei. Outra garantia não tinha o delinquente: mas o respeito ao "sagrado" desafiava a ira dos governadores, a sua sanha policial, a vingança do braço secular. (CALMON, p. 113-116).

1.2.2 Ocupações, centros e periferias

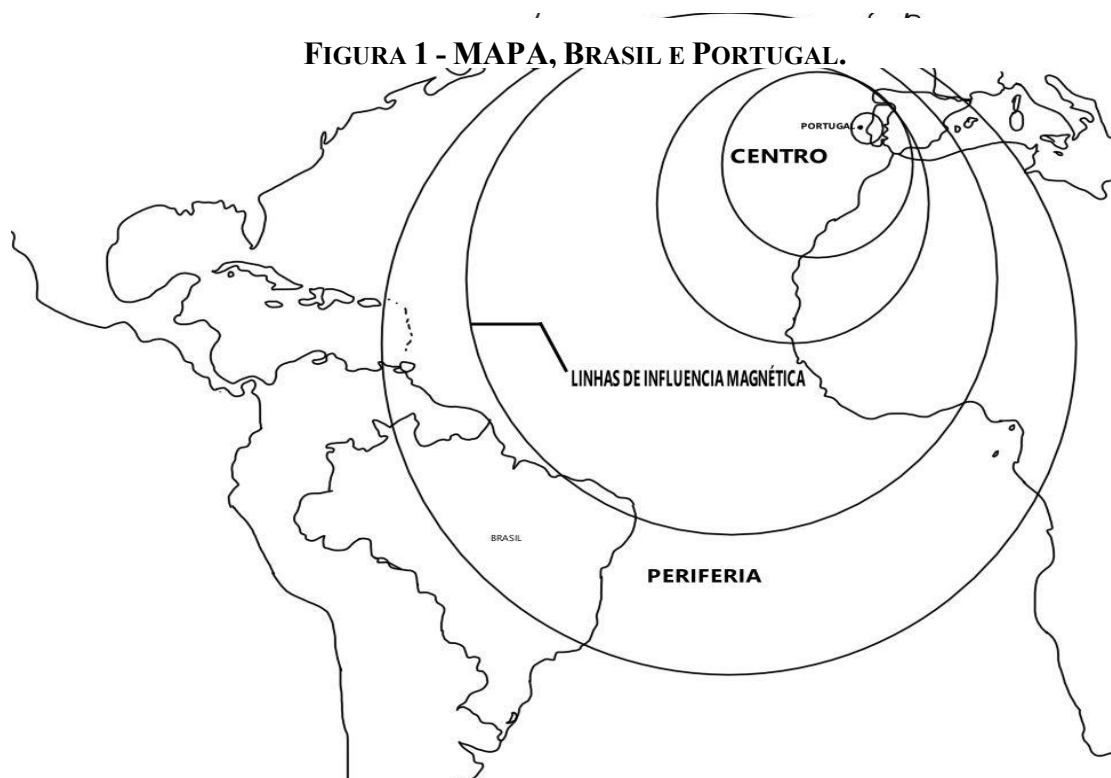
Foi na faixa litorânea que se instalou o primeiro centro de colonização e urbanização da nova colônia. Por muito tempo os sertões, apesar de seu potencial, estiveram quase ocultos nos planos de expansão. Os portugueses foram lentos para notar o potencial da nova colônia. De 1500 a 1549 a terra ficou abandonada. A partir dessa afirmativa há dois pontos importante a considerar: primeiro indica um desinteresse dos portugueses quanto a explorar mercados de investimentos de longo prazo; segundo era muito mais interessante manter a colônia com status “periféricos” sendo assim mais fácil de submete-la a elite lusitana. Então entendermos o conceito de “elite” e “periferia” dentro das sociedades luso-brasileiras da época, pode nos ajudar a situar melhor o contexto em que Anthony John R. Russel-Wood (1998) coloca essa mudança de status entre duas regiões.

Para tal feito utilizaremos o conceito de elite a partir da análise de Iná Elias de Castro em “O Mito da Necessidade” (1992, p. 28). A autora explica “[...] como relações sociais assimétricas são conformadas pela distribuição desigual do poder econômico e de poder político, o conceito de elite contém implicitamente, uma qualificação de poder, no qual o político e o econômico interagem e se reforçam”. Intercalando com a autora estarão também os autores Anthony John R. Russel-Wood (1998), no texto “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”, Pedro Calmon no seu livro “História social do Brasil” (1937) e Boris Fausto em História do Brasil (1994).

1.2.3 O pau-brasil a Metrópole e a periferia

A partir de 1549 com a exploração do pau-brasil uma relação centro e periferia passa a ser estabelecida. desse modo, a relação inicial entre Portugal e Brasil era de “centro” e “periferia”. Num ponto de vista inicialmente mais amplo, todas as decisões nesse momento

precisavam estar dentro do domínio da elite Central. A Figura 1 é uma representação de como seria a relação centro periferia, Brasil e Portugal, as linhas indicam as zonas de influência.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, com base na relação Brasil e Portugal descrita por Russel-Wood.

O pau-brasil como a primeira fonte econômica da colônia recém criada foi o grande pilar econômico. Comandado pelos comerciantes portugueses de 1500 a 1535, estes cortavam e obtinham a madeira nas proximidades da costa de início, o que foi mudando, pois, o produto foi ficando escasso. Num segundo momento a partir de 1549, eram os próprios povos nativos responsáveis pela extração, dessa forma podemos notar, o nascimento de uma relação de exploração da força de trabalho local em troca de umas poucas mercadorias de pouco valor para os Portugueses. Mas, por que motivo se submeteriam estes indivíduos ao trabalho extrativo do pau-brasil? Segundo Fausto (1994, p. 42): “O trabalho coletivo e especialmente a derrubada de arvores, eram uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim o corte do pau-brasil podia integra-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena”.

Então o que se tem de início é uma relação de exploração do trabalho onde a “elite” portuguesa através das trocas nem tanto equivalentes obtinham seu precioso produto que era a sua principal ligação com a colônia. Segundo Calmon (1937, p. 15) “Apenas o “brasileiro”, para extrair a madeira roxa, teve de aliar-se ao selvagem: o francês e o português disputaram-lhe o auxílio, entre Cabo Frio e Pernambuco.” Aqueles que permaneceram na colônia para o trabalho

direto na extração da madeira tão valiosa, deixa no fim do século XV de ser denominado “Português” e passam a ser então denominados “Brasileiros”.

Adotando um sistema divisório de terras chamados “feitorias” os colonizadores pouco interferiram na vida dos nativos, pois eram ainda muito dependentes de sua ajuda:

Inicialmente, os portugueses não afetaram a vida dos indígenas e a autonomia do sistema tribal. Enfurnados em apenas três ou quatro feitorias dispersas ao longo do litoral, dependiam dos nativos, seus “aliados”, para sua alimentação e proteção. O escambo de produtos como pau-brasil, farinha, papagaios e escravos – motivos de guerras intertribais – por enxadas, facas, foices, espelhos e quinquilharias dava regularidade aos entendimentos. Mas, a partir de 1534, aproximadamente, tais relações começaram a se alterar (PRIORE e VENANCIO, 2010, p. 16).

Entretanto, não custa lembrar, de forma incipiente, já se estabelecia o padrão de ocupação da terra: os colonos como centro e os nativos como periféricos e auxiliares do processo de exploração econômica. O centro e a periferia vão ganhando contornos regionais e sociais, mas sempre uma experiência controversa pois envolve atores, na perspectiva de Bruno Latour (1979), em constante choque nas experiências práticas do dia a dia.

Como vimos acima, a introdução da agricultura intensiva com a divisão da terra em capitânias hereditárias trouxe uma certa independência aos portugueses do estilo de vida nativo. A ocupação efetiva levou os nativos a uma nova postura frente aos navegantes: oposição em substituição da cooperação. Por outro lado, diante das hostilidades nativas os colonizadores passaram a uma nova percepção dos nativos. Segundo Priore e Venancio (2010, p. 16) “Os tupinambás, no entender dos lusos, “usavam de bestialidades mui estranhas”: pedras ou ossos nos beijos, por exemplo, vivendo como “alimárias monteses”, ou seja, como animais.” Assim sendo possível notar um novo momento da relação entre “elite” e “povo nativo”, isso é, a marginalização do indígena perante ao que se estabelecia como “sociável e humano” na nova fase da sociedade luso-brasileira que surge a partir do século XVI.

Essas relações deixam de ser amistosas e passam a ser agora uma existência conflituosa aos interesses portugueses, estes já tomavam providências quanto as práticas “animalescas” dos povos nativos:

O navegante, que pretendia cortar o “Brasil”, subornava ou trucidava os gentios, conforme os casos. Mas, para pacifica-los, ajeitando entre eles uma acomodação definitiva, foi preciso que visse o missionário e que o mamaluco - filho de índia e branco - se constituísse o intermediário astuto e andejo (CALMON, 1937, p. 15).

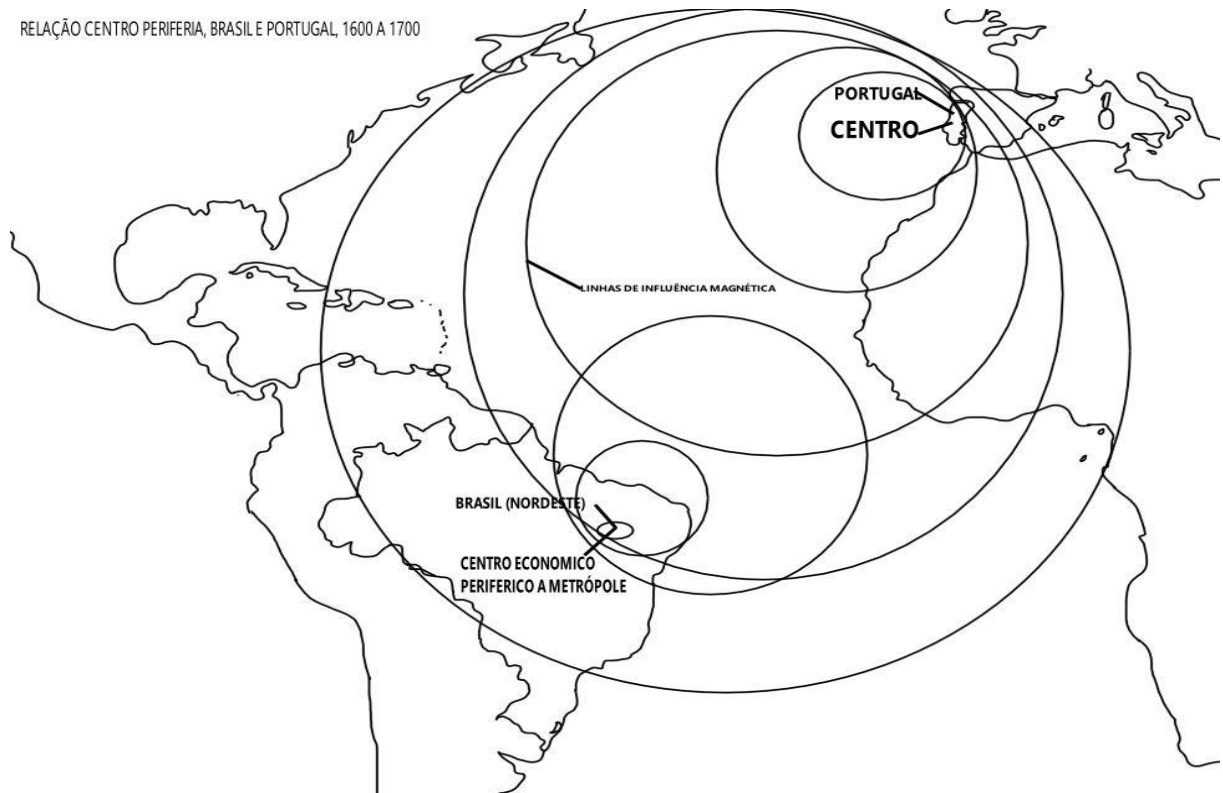
Até 1550 o estado juntamente a sua elite agiam diretamente em relação ao domínio da nova colônia e seus povos nativos, a partir da introdução da produção agrícola que deu maior independência aos colonos da ajuda nativa, acontece um distanciamento dos indígenas por parte do homem branco, a igreja passou a ser um novo agente dominante na colônia. Através de seus missionários a igreja cooperaria com a “elite colonial” pelo domínio e introdução do indígena na composição de sua força de trabalho, nessa complexa sociedade colonial, “[...] o da cruz e o da espada, lutariam pela preservação de sua conquista”. (CALMON, 1937, p. 16).

Assim, uma nova forma de domínio e mandonismo surgiu: os senhores de engenho. É necessário destacar que “O conceito se refere a classe que dispõe, em um dado momento histórico, dos meios de acelerar ou retardar os processos de mudança social” (CASTRO, 1992, p. 28).

E nesse momento também surge num âmbito mais local um “centro” dentro da colônia, as “elites periféricas”, pequenos centros de poder dentro do domínio da metrópole, assim os engenhos não só concentravam riquezas como também poder e influência. Segundo Russel-Wood (1998, p. 189) “Aquilo que se constitui como um “centro” e uma “periferia” é algo subjetivo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal aferição”. Dito isto entende-se como elite aqueles indivíduos cuja a designação de “superioridade” os torna diferentes ou distantes dos demais sujeitos. No caso dos colonizadores os chamados senhores de engenho seriam na colônia a elite, mas, margem do domínio lusitano. A Figura 2 demonstra como se dá essa nova relação, as linhas circulas indicam as zonas de influência.

FIGURA 2 - BRASIL E PORTUGAL NOVA INTERAÇÃO CENTRO PERIFERIA.

RELAÇÃO CENTRO PERIFERIA, BRASIL E PORTUGAL, 1600 A 1700



Fonte: arquivo pessoal do autor, com base na definição para “elite periférica” de Iná Elias de Castro.

1.2.3 Os engenhos, um novo “centro” luso-brasileiro

Transcorrido a fase exploratória do pau-brasil e instituída as Capitanias Hereditárias através dos donatários, no Nordeste se inicia a produção açucareira no século XVI, na capitania de São Vicente sob regência de Martin Affonso, com implantação também do primeiro engenho. Os donos da indústria açucareira – os senhores de engenho - eram possuidores de grande influência e poder econômico na colônia já que suas “grandiosas fazendas” eram também um “centro” de toda a riqueza e representava o empenho colonial de ocupar produtivamente a terra. Segundo a historiografia analisada “[...] até meados do século XVIII a região Nordestina era designada como o “Norte”, concentrou-se as atividades econômicas e a vida social mais significativa da colônia” (FAUSTO, 1994, p. 77).

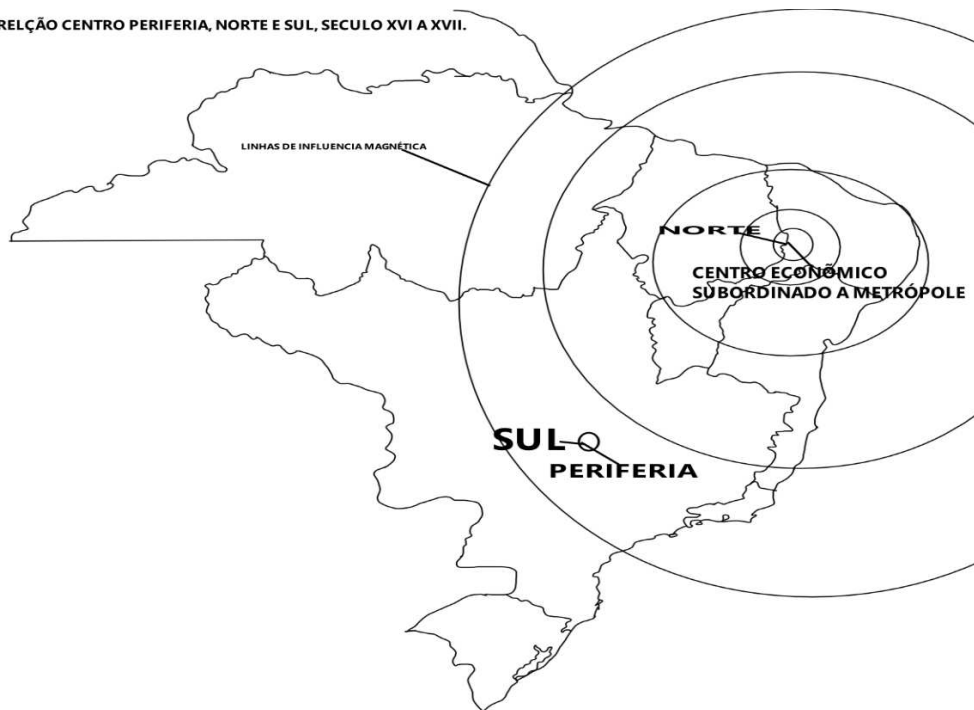
A partir da ascensão do açúcar como novo grande empreendimento da colônia surgem os nobres da terra. Para Russel-Wood (1998, p. 196) “[...] se havia algum grupo social na colônia identificado com o *ethos* e a aparência exterior da nobreza, e que se auto identificava como tal, era o dos senhores de engenho do Nordeste, notavelmente da Bahia e Olinda”.

Os custos de implantação de um engenho eram vultosos. Segundo indica Fausto (1994, p. 78) “Em regra, abrangia as plantações de cana, o equipamento para processa-las, as construções, os escravos e outros itens, como gado, pastagens, carros de transporte além da casa grande”. A nobreza vinda de Portugal dispunha apenas de seus títulos e do status reais, coisas que era também moeda de troca em favor de benesses da coroa para com os donos de engenhos.

Essa nova centralização do poder econômico antes presente em sua maior parte na metrópole, muda a relação centro periferia entre Brasil e Portugal, cada vez mais fixados a terra os senhores e seus grandiosos canaviais se tornariam o primeiro passo para uma total independência econômica da colônia em relação a sua metrópole, mas, ainda assim subordinados a ela, isso graças ao “mercantilismo” e ao pacto de “exclusividade”. Segundo Fausto (1994, p. 56) “[...] seu eixo básico se constituía no “exclusivo” metropolitano, segundo a expressiva linguagem da época, ou seja, na exclusividade do comércio externo em favor da metrópole”. A Figura 3 demonstra essa nova fase no âmbito regional, as linhas indicam a área de influência.

FIGURA 3 - BRASIL COLONIAL E SEU CENTRO ECONÔMICO.

RELÇÃO CENTRO PERIFERIA, NORTE E SUL, SÉCULO XVI A XVII.



Fonte: arquivo pessoal do autor, com base na definição de “centro e periferia” no mundo luso-brasileiro.

O avanço do empreendimento dos engenhos por todo o litoral do Nordeste demandava uma enorme quantidade de trabalhadores. Apoiados nas experiências anteriores da ilha da

Madeira os senhores de engenho usavam a escravaria vinda da África. Comumente quando se trata de colônia e economia lembra-se logo os engenhos e sua importância, mas, segundo Fausto (1994, p. 58) “Não se deu o necessário relevo as áreas geográficas “periféricas” e houve uma excessiva redução da estrutura social a senhores, em um polo e escravos em outro, esquecendo-se [...] a importância de um campesinato, ou seja, de pequenos proprietários”.

A sociedade que compunha a nova fase da história colonial é ainda mais diversa. Vemos comerciantes, missionários, mestiços, negros e índios inseridos, em maior ou menor grau, na centralização dos engenhos. É no engenho que a vida destes actantes se desenrola. Nas margens temos os índios, negros, mestiços e os pequenos proprietários de terras sustentáculo de uma economia de suporte a produção açucareira. No centro temos os missionários parceiros diretos ou indiretos dos senhores de engenho.

O que tinham os missionários com a escravidão de negros e índios na colônia? Segundo Fausto (1994, p. 49) “[...] os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus, [...] apenas faziam o necessário para garantir a sua subsistência.” Ainda segundo o autor:

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizadas pelos colonos seguindo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples, a outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias (FAUSTO, 1994, p. 49).

Ao contrário do que acontecia com os negros vindos da África, os jesuítas não eram indiferentes com relação a escravidão e o trabalho compulsório do indígena. A ideia era transformar as povoações primitivas em pequenas vilas através da educação, transformando a cultura e o modo de vida tribal em um modo cristão e europeu e isso incluía, claro, o trabalho regular.

Outras atividades produtivas foram igualmente importantes para a região nordeste ou por se vincularem diretamente a produção do açúcar ou por serem alternativas para falta de capital para empreender no mundo açucareiro. Fausto (1994, p.83) ressalta que “[...] do ponto de vista econômico e social, o Nordeste colonial não foi só açúcar, até por que o açúcar gerou uma série de atividades dentro de certos limites”. Dentre essas atividades o autor cita o “fumo”

e a “pecuária”. O autor destaca ainda a questão do desabastecimento de gêneros alimentícios e do gado, força motriz dos engenhos, chegando a ser escasso mesmo nas áreas mais produtivas, teve de ser cada vez mais incentivado pelo estado.

1.2.5 A pecuária

A pecuária apesar de lucrativa demandava uma maior quantidade de terras. Segundo Fausto (1994, p. 84) “[...] à criação de gado começou nas proximidades dos engenhos, mas, a tendência a ocupação das terras mais férteis foi empurrando os criadores para o interior”. Isso ajudou progressivamente a expandir o domínio sobre as áreas mais distantes da costa nordestina.

O gado já grande aliado dos engenhos e dos pequenos produtores ajudou o colonizador a adentrar ainda mais os sertões. Era através do carro de boi que se transportava a cana para as moendas que eram giradas pela força taurina; estes também carregavam a produção para o comércio. Segundo Fausto (1994, p. 84) “Em 1701 a administração portuguesa proibiu a criação de gado numa faixa de oitenta quilômetros da costa ao interior.”. Assim, o gado vai ajudar, de um lado, no desbravamento das faixas de terra ainda não devidamente exploradas do interior colonial; do outro, vai alimentar os grandes latifúndios.

Grandes núcleos pecuaristas com quantidades enormes de gado e terras ajudou a criar no Nordeste uma enorme concentração fundiária³. Segundo Fausto (1994, p. 84) “[...] no fim do século XVII, existiam propriedades no sertão baiano maiores que Portugal, e um fazendeiro chegava a ter mais de 1 milhão de hectares”.

Juntamente a essas altas concentrações de grandes latifúndios, criou-se uma massa de trabalhadores dos mais variados (agricultores, ferreiros, carpinteiros, domesticas). Por exemplo os “vaqueiros” eram constantemente atraídos a estes centros fundiários em busca de emprego, e então ficavam a margem das fazendas sendo a base da manutenção desses “centros”. Segundo Fausto (1994, p. 84) “[...] por muito tempo os historiadores acreditavam que, [...] a população do sertão fosse composta sobretudo de índios e mestiços. Estudos recentes constataram também aí a presença de escravos de origem africana, ao lado de gente livre”, um processo de

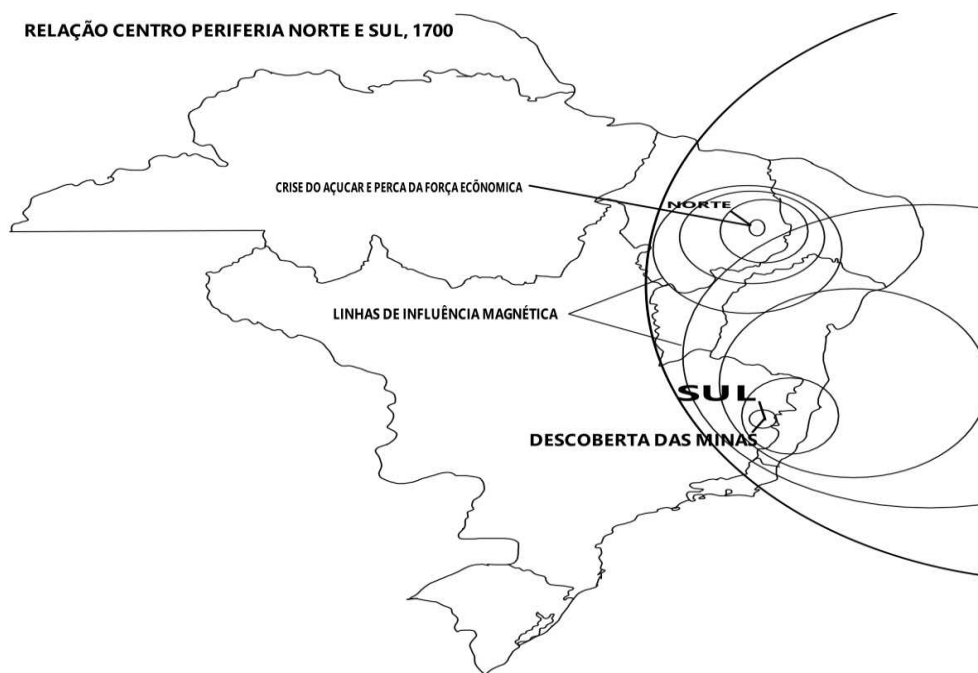
³ Essa alta concentração fundiária ainda persiste em alguns pontos do Nordeste como herança desse processo de formação de uma elite “tradicionalista” e com mentalidade colonial.

precarização da mão de obra e do trabalho que ao tempo que enriquecia os latifúndios criava em seu entorno periferias, para esses trabalhadores, isso ocorria principalmente em períodos de grande dificuldade de roçado frágil e terra seca.

As mudanças impostas pelo grande produtor do açúcar e os grandes latifúndios, aceleravam o processo de transição do Nordeste entre “centro” e “Periferia” isso significa que a medida que a colônia se tornava cada vez mais economicamente estável e independente, também gestava em seu interior um Nordeste cada vez mais com status de “centro”, a resistência da população a entrada de invasores como, holandeses e franceses, demonstravam além do “Nativismo” já citado anteriormente que a colônia também estava se fortalecendo no tocante a defesa de seus interesses internos, contrariando a dependência da metrópole.

1.3.0 A economia Nordestina e as minas de ouro no Sul

Dois fatores atormentaram a economia açucareira Nordestina que caminhava para seu declínio ao tempo que no Sul as Minas de ouro encontravam seu auge em 1733, o Nordeste com seu gado se aprofundava nos sertões cada vez mais distantes da costa e dos centros, as minas absorviam cada vez mais trabalhadores dos velhos engenhos. Segundo relata Calmon (1937, p. 204) “As fazendas têm pouco pessoal. A escravidão desaparecia gradualmente à medida que penetrava o sertão.” A interiorização do Norte da colônia levava consigo cada vez mais trabalhadores aos latifúndios, enquanto isso no Sul a necessidade de mais escravos absorvia os últimos fôlegos dos engenhos. Uma nova relação centro periferia se estabelecida. A Figura 4 representa essa nova etapa da colônia, os dois pontos dentre os círculos representam as regiões centrais da época, as linhas circulares indicam as zonas de influência de cada região, tudo o que está fora das linhas menores são “zonas periféricas”.

FIGURA 4 - BRASIL COLÔNIA E OS NOVOS CENTROS.

Fonte: arquivo pessoal do autor, com base na inversão do eixo econômico “Norte e Sul”

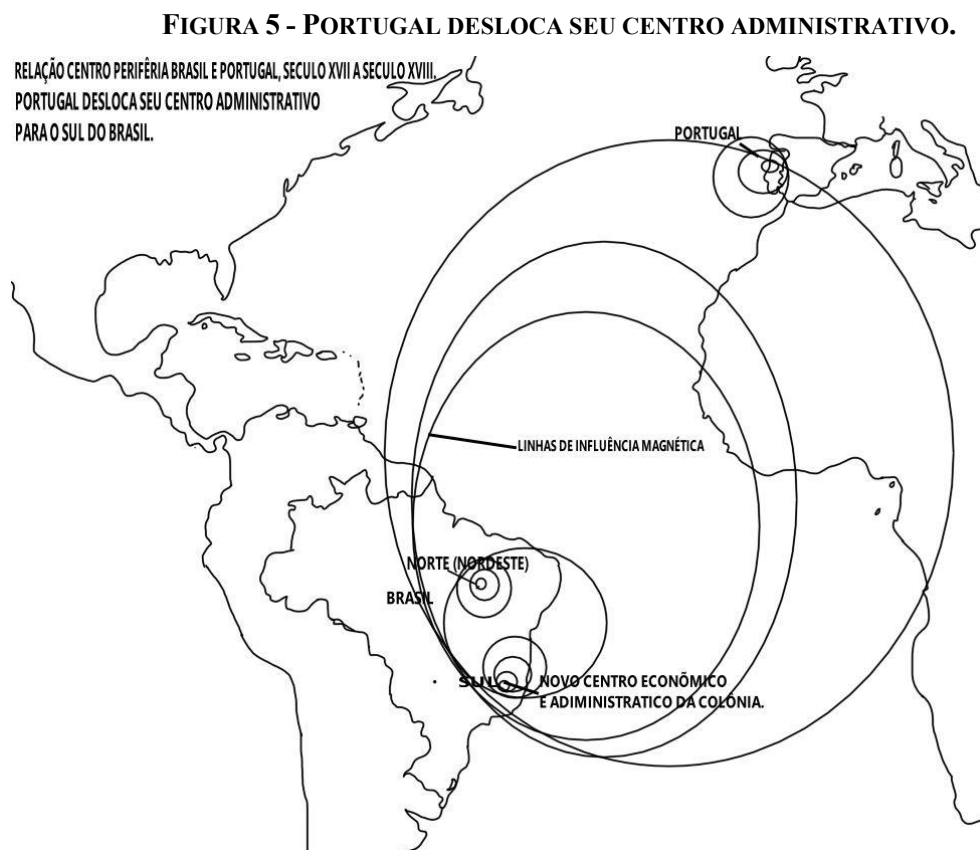
Assim, ao Sul, segundo Fausto (1994, p. 102) “Nasceu assim uma sociedade diferenciada, constituída não só de mineradores como de negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas, militares.” As minas além de serem um símbolo de riqueza, para Portugal, se tornariam sua “tabua” de salvação já que “[...] os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal. Na virada do século XVIII, a dependência lusa com relação a Inglaterra era um fato consumado” (FAUSTO, 1944, p. 98).

Os conflitos no campo comercial entre Portugal e Inglaterra ainda no século XVIII trouxe sérios prejuízos a metrópole que precisava cada vez mais dos recursos para sua ascendência econômica. A Inglaterra era responsável por todo o produto manufaturado que era consumido em Portugal que não tinha quase nenhuma indústria. Como mencionado acima, a metrópole se encontrava em grande dívida com a Inglaterra, ficando ainda mais evidente com o tratado de “Methuen” em 1703, forçando a entrada das mercadorias inglesas no comércio, o que indica a diferença entre um Portugal agrícola e uma Inglaterra em pleno processo de industrialização (FAUSTO, 1994, p. 99 a 102).

A crescente entrada de estrangeiros no comércio e na extração do ouro nas Minas inclusive no contrabando de ouro, levou a coroa Portuguesa a tomar medidas mais protetivas para com sua maior fonte de recursos naquele momento. Segundo Fausto (1994, p. 100) A

entrada de frades foi proibida, e uma ordem regia ao governador da capitania determinou a prisão de todos os religiosos [...] em (1738). Desde as primeiras explorações os frades eram suspeitos de contrabando”.

As interferências da coroa portuguesa nas minas, levou a um estabelecimento cada vez maior de uma junta de regência da colônia, voltada para o Sul, fazendo com que a colônia se tornasse um centro importante da economia Portuguesa. Segundo Fausto (1994, p. 99) “Em 1763, a capital do Vice-Reinado foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, as duas tinham aproximadamente a mesma população, [...], mas, uma coisa é ser a capital e outra, apenas a principal cidade do Nordeste”. A figura 5 exemplifica essa relação a partir do novo centro administrativo deslocado de Portugal para o Brasil, onde o antigo centro localizado ao Norte da colônia se desloca para o Sul, o transformando em um “novo centro administrativo”.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, com base nas novas relações centro e periferia, a partir da descoberta das minas.

Com essa mudança de eixo, o Sul transitava para ser um “centro”, o Nordeste transita de “centro” da vida econômica e social da colônia para a “periferia”. Segundo Fausto (1994, p.

99) “[...] em termos administrativos, o eixo da vida da colônia deslucou-se para o centro-sul, especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos, por onde sai o ouro das minas [...]” a corrida do ouro e a concentração da economia nas capitanias do Sul somou-se a um sistemático abandono do Norte causando um desequilíbrio enorme na distribuição de recursos dentro da colônia.

A coroa buscou de todo meio controlar essa corrida as minas, estabeleceu tributos para que pudesse controlar e aumentar sua arrecadação:

De um modo geral, houve dois sistemas básicos, o do quinto e o da capitação. O primeiro consistia na determinação de que a quinta parte de todos os metais extraídos deveria pertencer ao rei. A captação era mais abrangente e consistia na cobrança por cabeça de escravo produtivo ou não de sexo masculino ou feminino, maior de doze anos. (FAUSTO, 1994, p. 100).

De todo modo a coroa Portuguesa buscava soluções para a intensa movimentação nas regiões das minas:

Outra preocupação da coroa foi a de estabelecer limites a entrada na região das minas. Nos primeiros tempos da atividade mineradora, a câmara de São Paulo reivindicou, junto a ao rei de Portugal, que somente os moradores a vila de São Paulo, a quem se devia a descoberta do ouro (FAUSTO, 1994, p. 100).

O pedido, no entanto, não foi atendido pois a quantidade não só de portugueses mais de brasileiros além dos próprios baianos que chegavam as minas, resultou em 1708 a 1709 nas guerras dos “emboabas”. Segundo (FAUSTO, 1994, p. 100) “[...] os paulistas não tiveram êxito na sua pretensão, mas conseguiram que se criasse a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro (1709), e a elevação da Vila de São Paulo a cidade”.

Os trabalhos na extração do ouro nas minas, continuou demandando cada vez mais gente, assim como foi no Nordeste açucareiro. Segundo Fausto (1994, p. 102) “Na base da sociedade estavam os escravos, o trabalho mais duro era o da mineração, especialmente quando o ouro do leito dos rios escasseou, e teve de ser buscado nas galerias subterrâneas”.

Apesar da crise açucareira a presença da mão de obra escrava continuou subindo nos primeiros setenta anos do século XVIII. Segundo Fausto (1994, p. 105) “Dos cerca de 320 mil habitantes, os negros representavam 52,2%; os mulatos 25,7%; e os brancos, 22,1%.” Esses dados podem confirmar duas coisas: primeiro, não havia de fato “escassez” de escravos na colônia, mas, sim no Nordeste; segundo, deixa ainda mais claro o interesse da metrópole em se beneficiar o máximo com o potencial da colônia e não buscar conciliação entre desenvolvimento e equilíbrio administrativo, resultando no abandono do Norte justificando também, a insatisfação da Elite Nordestina.

1.3.1 O Nordeste periférico e a família real no Brasil

Longe de ser obra do acaso o declínio da economia Nordestina está ligada aos interesses das elites que a compõe, dentro de um ciclo de transições entre “centros” e “periferias” de Portugal ao Nordeste Brasileiro e por último ao Sul da colônia o que realmente importa e o que se pode extrair dessas regiões, assim como os bandeirantes conquistadores, sua estadia em um determinado local dependia do interesse daqueles que os financiava, Portugal se manteve distante dos problemas reais da sua maior colônia que se auto administrava.

Uma característica importante é que os senhores de engenho não estavam interessados na produção de alimentos para o comércio ou mesmo exportação, era um plantio de subsistência estimulado pelo estado que diminuía da sua parte o esforço em manter de recursos as regiões mais deficientes da colônia, entre elas especialmente o Nordeste já demonstrava na sua própria natureza um quadro hídrico imprevisível. Segundo Fausto (1994, p. 59) “[...] daí por exemplo, o continuo interesse do governo Português na produção de alimentos e as resistências opostas pelos proprietários rurais a utilizar terras com esse objetivo menos rentável”.

Apesar de ser importante garantir a segurança alimentar da colônia, o nível de liberdade que já despunham os grandes proprietários desde o início da colônia deram destaque a quem realmente mandaria em cada região, como indica, Fausto (1994, p. 71): “No alto da pirâmide social da população livre estavam os proprietários rurais e os comerciantes voltados para o comercio externo. Esse era um quadro típico do litoral do Nordeste e, mais tarde, do Rio de Janeiro”.

A vinda e o estabelecimento da família real no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro marcou um rápido mas já previsto declínio da região Nordeste. A vida daqueles grandes proprietários “Nortistas” passaria por uma enorme perda de prestígio parte de um projeto administrativo e um modelo econômico exploratório de momento. Isso nos leva a pensar sobre a importância das colônias para suas metrópoles. Segundo Fausto (1994, p. 55) “[...] elas deveriam contribuir para a auto suficiência das metrópoles, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora, na concorrência internacional com as demais”.

O que houve de fato foi uma corrida desesperada da coroa Portuguesa em busca de recursos para o reestabelecimento não só do domínio de sua principal colônia, mas, da estrutura e economia da velha metrópole. Segundo Fausto (1994, p. 122) “Para a coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos [...]”. A abertura dos portos beneficiou alguns produtores a exemplo do açúcar e o algodão principalmente, que não passava mais pela velha restrição do estado Português, o que não garantiu para o Nordeste o retorno do crescimento econômico ou mesmo sua estabilidade.

Nesse momento o Brasil assumiu o *status* de “centro” e passa a coroa a tomar suas decisões em relação a metrópole a partir da colônia como indica Fausto (1994, p. 125): “[...] a política externa de Portugal passou a ser decidida na colônia, instalando-se no rio de janeiro o ministério da guerra e assuntos estrangeiros.” Aqui o deslocamento do eixo Norte para o Sul fica mais acentuado, o Nordeste fica totalmente fora das decisões que tangem o seu futuro e da colônia. Já em 1817 ações revolucionárias buscavam uma emancipação do Nordeste, motivado pelo desfavorecimento regional e um forte sentimento antilusitano. Para os grandes proprietários rurais tratava-se de acabar com a centralização imposta pela coroa. Para as camadas mais pobres a ideia de independência estava associada a “igualdade” porém uma igualdade mais para cima que para baixo. (FAUSTO, 1994).

1.3.2 O café e a crise econômica geral no Nordeste

O café introduzido no século XVIII trouxe consigo além da acentuação do eixo Norte e sul, sendo agora o Sul o “centro” econômico e da vida social e econômica do Brasil, também uma nova precipitação econômica deixando de lado as minas de ouro já saturadas Segundo Calmon (1937, p. 222) “O êxodo foi das Minas, ou dos montes, para a baixada agrícola, ao

contrário do que ocorrera em 1700, quando desta, para os montes, subiram os colonos, arrebatados dá lavoura pelo anuncio dos metais”.

A economia nacional no século XIX divide-se em uma nova fase econômica, entre o fumo no Norte e o café no Sul. Segundo Calmon (1937, p. 223) “O escudo nacional, em 1822, cinge-se de um ramo de cafeeiro e de outro de fumo, a entrelaçar as duas riquezas, a da aristocracia do sul e a do povo do norte.” Não significava com isso que o Nordeste competia de igual com as províncias do Sul, o processo de declínio da economia, os estereótipos a seca a miséria e o discurso humanitário já enfeitavam os discursos dos mais variados campos da sociedade:

O motivo disso foi que o país, construído após a independência brasileira em 1822, se centralizou no Centro-Sul, tendo o Rio de Janeiro como capital administrativa. Isso significou a concessão de privilégios, por meio da execução de uma política de incentivos fiscais e de subsídios à exploração de diversas atividades econômicas, fazendo convergir para essa província o capital interno e externo, tornando-a o centro do poder político e econômico (FREITAS, 2015, p. 179).

A composição da iniciativa que montou as lavouras de café “Foram os descendentes dos portugueses de Minas que abateram as primeiras florestas fluminenses para plantar o seu café.” (CALMON, 1937, p. 223). Isso pode dizer muito da mentalidade dessa elite que se forma dentro desse novo centro, e a forma rápida com que esses tomaram através de suas lavouras a hegemonia da economia Brasileira

Além do café outra característica foi decisiva para a derrota da velha economia açucareira: “A decadência da indústria do açúcar resultou da complicada e cara maquinaria, que multiplicará a produção das Antilhas.” (CALMON, 1937, p. 224). Indo ainda mais funda a crise que recaiu sobre o Nordeste esbarrou também na falta de mercado e:

Além disso, a sorte dos engenhos embarçava-se na do tráfico negreiro e na da organização social. Destruído, em 1835, o regímen dos morgadios, é extinto o tráfico em 1850, as propriedades tradicionais se deslocaram do seu eixo hierárquico e o trabalho rural desfaleceu, baldo de renovação. (CALMON, 1937, p. 224).

Esse foi o material primário da crise humanitária que estaria por vir, o declínio da economia no Norte que ia desde a produção da borracha na área amazônica ao algodão o fumo e o açúcar nos sertões, tornou a imigração entre essas regiões e suas culturas uma opção ainda mais perigosa. Para Priori e Venâncio (2010, p. 177): “[...] a combinação entre estagnação econômica, secas e diminuição da emigração fez que aumentasse muito a população sertaneja miserável e a de pequenos proprietários que enfrentam a amarga experiência de declínio social”.

De início questionei uma possível “evolução” “simétrica” do Nordeste em relação ao resto do país. O que podemos concluir é que econômica e socialmente o desenvolvimento não foi simétrico. Analisamos a conjuntura das transformações que moldaram a sociedade Nordestina do início da colônia até o império no século XIX notamos que questões controversas sobre a vida, sociedade e o *status* periférico regional persistem sobre as bases da velha política de exploração de poucos sobre muitos, não sendo assim obra do acaso ou da natureza rígida e devastadora que insistem em remontar sobre o Nordeste. As ações dos que povoam os centros definiram e continuam a definir a vida nas periferias.

Segundo Russel-Wood (1998, p.214). “Um aspecto extraordinário dos 322 anos de existência do Brasil colonial é o quanto - em 1800 não menos que em 1600 - a colônia permaneceu inalterada.” A predominância da elite nas regiões da costa Nordestina é um aspecto persistente e mais que isso é o contraste cada vez maior entre centros e periferias. Ainda para Russel-Wood (1998, p. 214) “Em termos gerais, as regiões mais importantes no século XVI permaneciam como as mais representativas - demográfica, econômica e politicamente - no século XIX”.

As ações das elites que habitam esses centros desde o século XVI, estão ligadas a manutenção de suas condições ou o aprimoramento delas. A movimentação política que impulsiona esses centros, causam também um grande impacto nas periferias. Sabendo disso temos como produto dessas movimentações um poder norteador da vida dessas pessoas, um poderoso polo magnético que atraem para si os mais diversos discursos. Estes muitas vezes repetitivos exaltadores de destino certo, motivadores de políticas públicas que por muitos anos se fazem necessárias as periferias. É sobre as ações que definem esse Nordeste que discutiremos a seguir.

CAPITULO 2 – CONTROVÉRSIAS E CONCORDÂNCIAS

Para que possamos analisar o polo “magnético” chamado “Nordeste” se faz necessário uma análise bibliográfica sobre a problemática nordestina que nos ajude a compreender as definições que o amplo campo de autores que escrevem sobre o tema pode nos conceder. Considerando que cada autor fala de um lugar próprio para definir o nordeste esperamos através dessa análise estabelecer um “marco” comum entre estes autores que nos auxilie na compreensão primeiro do nascimento de uma cultura política-discursiva e, em seguida, de um polo atrativo para esses discursos.

A análise das obras que virão a seguir seguirão os seguintes critérios: primeiro será feito uma breve apresentação das obras resumindo as ideias centrais de cada trabalho. Segundo faremos uma análise do ponto de vista de cada autor sobre o tema da “seca” no Nordeste. Por fim, apontaremos as controvérsias entre estes autores. Neste percurso esperamos compreender uma das principais fundações da indústria da seca: o “discurso”.

2.1.2 Definições sobre Nordeste

Sobre o problema da seca no semiárido nordestino Roberto Marinho da Silva⁴ (2003) apresenta um nordeste preso a dois principais paradigmas: o “combate à seca” e a “convivência com o semiárido”. Entre estes paradigmas outros surgem como, por exemplo, o “Paradigma da Modernidade” e o “paradigma antropocêntrico”. O foco do autor está na apresentação e discussão sobre as causas e possíveis soluções para tais crises paradigmáticas enquanto fala da necessidade de se conviver com a seca nas condições que a natureza propicia, por isso o seu trabalho está dividido em duas etapas principais: “o combate à seca, e a convivência com o semiárido”. Trata da “dominação antropocêntrica da natureza”, como geradora dessas “alterações” na natureza local.

⁴ Filósofo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O texto apresentado é parte de um Artigo recebido em 28 jul. 2003; aprovado em 2 set. 2003. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan./dez. 2003

Para Roberto Marinho (2003, p. 361) “Muito tem sido dito e escrito sobre a realidade do semiárido brasileiro e as possíveis alternativas para o seu desenvolvimento.”. O autor analisa além das questões discursivas o uso das instituições de combate à seca como meio que viabilizasse a introdução de métodos adequados de produção e investimentos no setor alimentício como forma de tratar, mesmo que superficialmente, problemas de abastecimento alinhados a questões desfavoráveis como a falta d’água e a imprevisibilidade das condições climáticas regionais.

O autor analisa como as medidas de convivência com a seca no Nordeste estão vinculadas a imagens construídas que orientam os atores sociais e influenciam a tomada de medidas quanto a execução de políticas públicas direcionadas ao semiárido. Roberto Marinho (2003, p. 368) ao falar da miséria dessa região afirma que “A miséria que explode nos períodos prolongados de seca é uma expressão das formas históricas de ocupação dos espaços e utilização dos recursos com base na concentração fundiária”.

Ao apresentar suas conclusões sobre a crise dos paradigmas centrais de sua pesquisa, o autor busca expor possíveis soluções para tais crises de sustentabilidade pois, o que se destaca são as consequências que a falta de organização dos espaços destinados a produção de monoculturas - como a da cana de açúcar ou do algodão - causam a natureza. O autor denuncia que:

[...] a culpabilidade da natureza é um artifício ideológico usado para encobrir as questões estruturais geradoras da miséria: a concentração das terras, das riquezas e do poder, combinada com a exploração do trabalho humano, o mau uso dos recursos públicos e o abandono da região a uma lógica econômica que concentra os investimentos em áreas dinâmicas, descartando as áreas tradicionais ou estagnadas (MARINHO, 2003, p. 380-381).

Assim, a desorganização dos espaços seriam um problema a ser solucionado. Porém, as elites são extremamente resistentes a questão das reformas estruturais do campo e da reforma agrária. Vemos isso, por exemplo, no estabelecimento de novas formas de produção e armazenamento da produção de açúcar que traria um grande impacto na região, sobretudo no fim do século XVIII, onde o controle do mercado dessa cultura ainda estaria muito atrelado a Inglaterra. Segundo Roberto Marinho (2003, p. 381) “É necessário analisar, para além do discurso aparente, os processos de implementação e os resultados efetivamente alcançados por

essas iniciativas ditas inovadoras de convivência com o semiárido.” Dessa forma podemos também analisar o problema da seca através do impacto da fome nessa região.

Sobre as questões de desenvolvimento econômico alinhado ao paradigma da convivência com o semiárido, Josué de Castro⁵ descreve em seu livro “Geografia da Fome” pontos importantes na compreensão das crescentes consequências da centralização da produção de monoculturas, como da cana de açúcar. Segundo Josué de Castro (1984, p. 112-113) “[...] a partir de 1870, com o estabelecimento dos chamados “engenhos centrais”, precursores das grandes usinas atuais, a absorção das terras pelo latifúndio progrediu assustadoramente, acentuando a miséria alimentar nesta zona”.

Josué de Castro é extremamente sucinto em denunciar o modelo exploratório da produção do açúcar que era fonte importante da economia Nordestina e do Brasil. O autor destaca três momentos primordiais da sua pesquisa: a fome em todos os aspectos da história do mundo; a seca na região norte e Nordeste do Brasil; as políticas e medidas tomadas entre economia e a convivência com o semiárido. O autor direciona suas críticas fortemente a deficiência alimentar que o abandono dos pequenos roçados de subsistência causou na sociedade nordestina entre o fim do século XVIII e o século XIX.

No primeiro momento, Castro (1984, p. 16) reforça que “A fome, no Brasil, é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais.”. Sobre a seca e a fome na zona da mata do nordeste brasileiro o autor aponta que a substituição da vegetação da floresta tropical por áreas abertas alterou a vida do seu solo, das plantas e do seu próprio clima, pela paixão desvairada de plantar sempre mais cana de açúcar (CASTRO, 1984, p. 105-106).

O autor explica que a fome na área Amazônica decorre da “pobreza equatorial” em alimentos; já no Nordeste o panorama é chocante por que não se pode aplicar a causas naturais, já que o solo sempre foi mais propício a agricultura, mas, os colonizadores sacrificaram todas

⁵ Josué de Castro, Doutor em Filosofia pela UB, escritor, cientista e professor universitário, sua incansável luta contra a fome e injustiça social ganhou repercussão com a publicação da obra “As condições de vida da classe operária no Recife: estudo econômico de sua alimentação” (1935), levantamento pioneiro que serviu de modelo para investigações semelhantes em outros estados e para o movimento pelo estabelecimento do salário mínimo, e ainda, pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores. Para mais informações, ver: <https://injc.ufrj.br/josue-de-castro-o-fundador-do-injc/>

as possibilidades destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, como a mandioca e o milho, optando pelo plantio exclusivo da cana, acelerando o seu próprio processo de desvalorização em detrimento da floresta (CASTRO, 1984, p. 106 -107).

Na segunda parte do livro o autor faz um panorama da seca, devastação e consequentemente da fome na zona da mata, denunciando a monocultura “industrial” que aglomera as massas de pobres trabalhadores em “fazendas” e engenhos recebendo somente o suficiente para sobreviver, ao tempo que critica as tentativas de ensinar o sertanejo a conviver com a seca no semiárido (CASTRO, 1984, p. 202-288).

Apesar da fome ser um dos pontos principais da sua pesquisa o autor ressalta o fato das alterações drásticas da natureza local em fomento à produção e comércio do açúcar, e conclui:

[...] que sendo imperioso o desenvolvimento econômico nacional, devem o Governo e o povo se unirem através de um processo de mútua confiança e de mútuo interesse a fim de que esse desenvolvimento não seja sacrificada em sua execução por certas falhas inevitáveis, é bem verdade, mas que devem ser corrigidas a tempo para evitar o desastre econômico do país (CASTRO, 1984, p. 283).

Na terceira parte da obra, o autor trata das endemias que rapidamente se espalham pelas regiões atingidas pela seca. O autor ressalta ainda a culpabilidade do baixo consumo de alimentos ricos em vitaminas essenciais para o desenvolvimento das crianças e renovação da disposição dos homens e mulheres trabalhadoras. Segundo Josué de Castro (1984, p. 191) “As características da alimentação sertaneja, um tanto magra e despida de qualquer excesso de tempero, harmonizam-se admiravelmente com os traços naturais da terra também magra dos sertões nordestinos”.

As doenças foram um fator devastador nos períodos de seca intensa, responsável pela morte de famílias quase que por inteiras:

As síndromes diarréicas que se associam ao edema como expressão de carência constituem fenômenos de graves conseqüências, aniquilando de vez com a resistência física e moral dos pobres flagelados e dificultando em extremo a higiene coletiva dos

campos de concentração, onde são agrupadas pelos poderes públicos as grandes massas de retirantes (CASTRO, 1984, p. 221).

Segundo Josué de Castro (1984, p. 221-222): “A hemeralopia ou cegueira noturna provocada pela carência de vitamina A tem sido registrada em altas proporções durante as várias secas do sertão nordestino.” O autor relata que esta era uma condição recorrente em refugiados da seca de 1877. Uma característica importante é que em sua grande maioria as doenças que acometiam os imigrantes estavam diretamente ligadas a falta de alimentação ou a baixíssima variedade de alimentos, culpa do marasmo das culturas alimentares de subsistência e do clima pouco propício a outras tão necessárias.

Durval Muniz de Albuquerque Junior ⁶(2011) em “A invenção do Nordeste e outras artes” fala de um nordeste que “surge no fim da década de dez” do século XX, e a identidade do nordestino como sendo fruto de um discurso para “Nordestiniza-lo”. Segundo Albuquerque Junior (2011, p. 17) “[...] não apresentando uma identidade natural e estando dentro do poder seriam assim agentes de sua própria descriminação”.

O autor apresenta o Nordeste como sendo “filho da ruína da antiga geografia do país”, segmentada entre “Norte” e “sul” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 51). Fala também do regionalismo, das características naturais do clima, seca e das práticas que definem o Nordeste como produto de sua condição desfavorável e de sua estranheza.

O autor busca demonstrar a construção do Nordeste no imaginário do povo e do sucesso dos romancistas que ousaram descrevê-lo em seus livros. Segundo Albuquerque Junior (2011, p. 81): “[...] a seca é o primeiro traço definidor do Norte e o que o diferencia do Sul”. Dessa maneira o Nordeste que vemos em diversas formas representativas - seja na mídia ou na literatura, poesia e teatro, ou nas novelas - é o lugar da miséria e da.

A seca no Nordeste seria para o autor além das suas características naturais, produto da perda de prestígio das elites nordestinas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 70-83). Acentuado por diversos fatores e, dentre eles, a “seca de 1887” e a “crise da produção açucareira” na zona da mata, se destacam como importantes para um entendimento de outras discussões presentes em estudos realizados nos últimos séculos, isso por que é nesse momento

⁶ Durval Muniz de Albuquerque Junior, possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Prefácio de Margareth Rago 2011. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

que o Nordeste aparece para as mídias do Sul com seu flagelo da seca e da fome, sendo assim inserido no discurso das bancadas “nortistas” como forma de engajar recursos.

Outro fator apontado pelo autor está em relação ao clima que seria responsável ainda pelo baixo desenvolvimento físico e intelectual das pessoas. Segundo Albuquerque Junior (2011, p. 71) “O norte estaria condenado pelo clima e pela raça a decadência.” A sociedade Nordestina que se configura pós século XVIII, e a sociedade que se monta sobre o hibridismo e concentração de raças diferentes sobre a mesma condição.

Arelado a essas duas questões existem alguns fatores chaves para se entender as articulações que as elites locais se dispuseram a fazer em nome da manutenção do seu *Status Quo*. Iná Elias de Castro⁷ em seu livro “O Mito da Necessidade” (1992) apresenta uma análise do “discurso e pratica do regionalismo Nordestino”, um estudo das formas de ocupação e preservação dos espaços das elites conservadoras no poder, mantendo-o sempre favorável a seus interesses.

A autora analisa o processo de ocupação dos espaços e a forma como estes mantem seu equilíbrio. Para Castro (1992, p. 15) “[...] as regiões percebidas como espaços geográficos, constituem, na realidade, territórios diferenciados e interligados por importantes fluxos demográficos econômicos e de poder”.

A intervenção das elites “periféricas⁸” sobre o poder central seria “[...] única forma de obter decisões favoráveis a grupos sociais localizados em regiões específicas [...] a política, enquanto institucionalização do poder de classe, tem sido domínio da elite conservadora.” Em síntese o problema pesquisado refere-se, em particular as estratégias da elite Nordestina para preservar o *Status Quo*, politicamente favorável à sua posição na sociedade local (CASTRO, 1992, p. 20-22).

Sobre a seca e o atraso econômico e social da região a autora trata como um projeto de manutenção das estruturas locais, apesar da modernização de alguns setores econômicos. O que ocorre de fato é a preservação do poder das elites. O Nordeste seria um espaço de

⁷ Professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da UFRJ, com Pós-Doutorado pela Universidade de Sourbonne em Paris. Ver: CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1992. P, 13 a 53.

⁸ “Elites periféricas” são grupos políticos regionais específicos, são definidas como grupos políticos que estão a “margem” do poder “central” remanescentes das antigas oligarquias.

conservação dos recursos históricos⁹ das elites através da conservação da seca e miséria como moeda de troca de concessões com o “poder central” (CASTRO, 1992, p. 20-25). As movimentações de poder entre centros e periferias tem como resultado muitas vezes, a formação de verdadeiras “ilhas” de miseráveis, a alta concentração de recursos físicos e ideológicos ajudam a inflar cada vez mais as necessidades das pessoas em áreas periféricas, persistindo uma intervenção cada vez maior do Estado.

Outro estudo de grande relevância sobre as questões geográficas e humanitárias do nordeste seco está na obra de Aziz Nacib Ab’Sáber “Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida” (1999). O autor analisa a complexa geografia nordestina, fazendo levantamento das características definidoras do Nordeste para conhecer mais adequadamente o complexo geográfico e social dos sertões secos e fixar os atributos, as limitações e as capacidades dos seus espaços ecológicos.

As relações entre as comunidades e a difícil convivência com uma estrutura “rústica” e natureza “perversa” é tema central do dossiê apresentado. Para Ab’Sáber (1999, p. 7): “[...] de forma isolada apenas conhecer suas bases físicas e ecológicas não tem força o suficiente para explicar o drama e dificuldades que atormentam os povos que habitam ali”.

Para o autor, são problemas que transitam entre a segurança dessas povoações e a convivência com o ambiente, dentre eles, o trato da terra e a administração dos recursos hídricos; por outro lado é uma região que passa por uma longa intervenção governamental, que define os investimentos de alcance desiguais e mediante programas que não atendem as demandas regionais completamente (AB’SABER, 1999, p. 4-20). O autor critica o emprego das velhas noções que os estudos direcionados e os discursos repetitivos¹⁰ no ensino médio nos dá sobre o Nordeste que são herdadas por todos e o que sobra são “observações pontuais” e “informações desconexas” sobre o estado físico e ecológico da região.

Ainda segundo o autor ao falar das iniciativas do governo e estados na questão da seca no semiárido:

⁹ “Recursos históricos” para as elites, refere-se as perpetuações familiares, o tradicionalismo patriarcal e político como forma de mobilizar as classes pobres em torno de seu próprio projeto de permanência e status de superioridade intelectual, capital, estrutural e descendência genética.

¹⁰ Segundo o autor, alguns discursos repetitivos tratam da: “[...] Sua região interiorana que sempre foi apresentada como a terra das chapadas, dotada de solos pobres e extensivamente gretados, habitada por agrupamentos humanos improdutivos, populações seminômades corridas pelas secas, permanentemente maltratadas pelas forças de uma natureza perversa.” Ab’Sáber 1999, p. 8)

[...] a mais grave e referente falácia sobre o Nordeste seco ocorre quando se pretende ensinar o nordestino a conviver com a seca”. A tentativa de agrupar todas as comunidades a um modelo de subsistência é acima de tudo desprezar “[...] uma centenária cultura popular de raízes linguísticas centradas em fundamentos ibéricos e aperfeiçoadas ao calor das forças telúricas e ameríndias, em um ambiente físico e humano que não reservou lugar para os fracos e acomodados (AB’SABER, 1999, p. 24-25).

Seguindo essa lógica, o autor deixa claro que não se trata de ensinar o nordestino a “conviver” com a seca, de certo, o que se pode ter como concreto é que os povos que habitam a região semiárida sabem muito bem como “conviver” com a seca. O que falta é investimento e aplicação adequada de recursos direcionados a regiões promotoras de desenvolvimento real. Além disso, cabe ao governo a solução da difícil equação entre a “quantidade” demográfica que se precisa alimentar mantendo as potencialidades produtivas do seu meio ambiente (AB’SABER, 1999, p. 7-10).

O autor critica ainda a ineficiência dos planos de combate à seca e a falta de sensibilidade de suas oligarquias e dos latifundiários:

Nem os governantes e as elites, assim como o próprio sistema educacional e a mídia, demonstraram sensibilidade e empenho em aprofundar o entendimento da dinâmica irregular do clima sertanejo e suas consequências para os homens, as condições socioeconômicas e a estrutura agrária regional (AB’SABER, 1999, p. 30).

A crítica ao governo quanto ao desenvolvimento de propostas eficazes deve-se ao desconhecimento do governo sobre a região, não levando em consideração as diversidades sertanejas. É vendido ao povo um único projeto que, para Ab’Sáber, (1999, p. 35) seria “[...] salvação para todos os sertões”. Por fim, o autor ressalta a importância de se investir na educação nessas áreas para desenvolvimento de novas perspectivas para a vida e para o futuro dos sertanejos, se trata de dar novas possibilidades ao povo Nordestino.

Os autores analisados trazem em seus estudos propostas de definição do Nordeste e seus problemas, considerando que cada autor escreve de seu lugar de vivência, a visão de “Nordeste” entre eles pode e deve divergir e é justamente essas divergências ou as controvérsias

que nos interessa no próximo tópico, uma análise da construção de uma ideia de Nordeste nos últimos séculos, rompendo a unidade concebida a região mais “atraente” do país.

2.2.0 Controvérsias sobre a seca

As controvérsias de estudos e autores que se amontoam sobre um mesmo tema pode ser - ao contrário do que se propõe - um esforço para encontrar a origem e a solução de um problema, base importantes para a abertura de novos debates, um atraente e vasto campo de informações sobre um mesmo tema o que pode nos levar a diferentes conclusões sobre a origem ou a necessidade de definir o Nordeste.

Analisaremos, neste tópico, as controvérsias nos discursos empregados sobre a seca no Nordeste a partir das definições presentes na obra de Bruno Latour “Ciência em Ação” (2000). Para que possamos estabelecer um ponto de referência abrangente para muitos autores que se debruçam sobre a problemática da seca, analisemos em termo de comparativo duas assertivas sobre o “nascimento do Nordeste” e a “indústria da seca” que são peças fundamentais a esta pesquisa.

Entretanto, precisamos, num primeiro momento, definir o que seria controvérsias. Controvérsias podem surgir quando afirmações ou informações em um determinado momento divergem entre si, isso pode enfraquecer ou até anular uma à outra, não bastando apenas discordar, se trata de ultrapassar o nível de certeza de uma através da fundamentação de novos argumentos que invalidem ou reforcem um “objeto” (LATOUR, 2000, p. 40-47).

Cabe também no reforço das controvérsias que possam surgir a interpretação do leitor, e das sentenças que acompanham a escrita do autor, podendo ou não reforça uma “tese” as controvérsias têm papel fundamental na análise crítica e científica de textos e trabalhos acadêmicos ou mesmo de uma notícia repercutida em vários jornais ou revistas. Latour (2000, p. 50) define que “[...] o status de uma afirmação depende das afirmações ulteriores [...] Seu grau de certeza é tornado mais ou menos, dependendo da sentença seguinte que a retomar”.

As controvérsias podem aparecer em qualquer momento, o que pode dizer quando aparecerá ou não depende do interesse do leitor ou de quem se propõem a analisar um discurso ou escrita, um projeto ou uma notícia qualquer. Para Latour (2000, p. 50) “Em outras quando olhamos uma controvérsia mais de perto, metade do trabalho de interpretação das razões que

estão por trás da crença já está feito”. O simples ato de duvidar ou mesmo questionar as bases primordiais de uma afirmação, reacende o discurso, traz à tona problemas de estrutura que podem ou não inviabilizar um trabalho, apontar novos caminhos para um mesmo resultado, não anular nenhuma base e mesmo assim ser controverso.

Dito isto vejamos algumas controvérsias nos autores que buscam definir e classificar o problema da seca no “Nordeste” atribuindo uma temporalidade ou mesmo marcando um momento específico para se lançar como ponto de partida das suas afirmativas sobre o tema.

Para isso, dividirei as controvérsias em três partes principais. Num primeiro momento vemos a “seca como problema”. Trata-se das tentativas de definir quando ou como a seca passa a ser um problema primordial que define o Nordeste. Em segundo lugar temos o “Combate à seca” como aglutinador de todos os esforços do Estado e seus órgãos de gerenciamento econômico e social, no sentido de “vencer” a seca. A terceira categoria é a “convivência com o semiárido” que busca explicar a deficiência alimentar e o mau aproveitamento dos recursos hídricos como reflexo de uma sociedade mal acostumada ou mesmo sem capacidade técnica de desenvolver tecnologias eficientes de armazenamento e distribuição da água e recursos, desconsiderando a vivência secular dessas comunidades com um ambiente “hostil” e “perverso”.

2.2.1 A seca como problema

Sobre a classificação da seca como um problema Roberto Marinho (2003, p. 369) afirma que “As secas na região semiárida brasileira só passaram a ser consideradas como problema nacional a partir da segunda metade do século XVIII” tomando como marco dessa assertiva a seca de 1887, quando latifundiários se viram acuados pela perda de seu gado.

Por outro lado, Albuquerque Júnior defende que a seca virou um problema “por volta de 1910”. O autor afirma ainda que “O Nordeste não existia [...] as elites locais não solicitavam, em nome dele, verbas ao governo federal” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 13).

Ambas as assertivas têm em comum a divergência no estabelecimento de uma temporalidade. Roberto Marinho não especifica em números o tempo que está indicando como possível e também não acrescenta “força” a seu argumento. Albuquerque Junior é menos assertivo quanto a certeza da data que propõe ao escrever “possa ter sido” e então reforça seu

argumento dizendo que “O Nordeste não existia” ou mesmo se “falava” em nome dele, tornando o momento de “nascimento do Nordeste” uma incógnita. Ao tratar da seca como “problema” ambos partem de uma temporalidade distinta um do outro. Dos autores apresentados nesta pesquisa eles são os únicos a tentar estabelecer uma cronologia.

Em outro momento Albuquerque Junior ao falar da seca de 1887¹¹ (1995, p. 111 -112) faz as seguintes afirmações: “Embora os autores sejam unânimes em tomar a chamada “grande seca” de 1877/79 como momento no qual a seca passa a interessar aos “poderes públicos” tornando-se um “problema de repercussão nacional”, tal fato é tornado evidente, sem nunca ser questionado ou explicado.” Em seguida reforça sua fala: “[...] a insistente afirmação de que só em 1887 a seca teria chamado a atenção e se tornado um “problema de repercussão nacional” leva-nos a pensar que, só nesse momento, a seca tenha sido inventada como objeto de discursos e práticas [...]” concluindo que “[...] o marco 1887 não é explicação, mas deve ser explicado.” (ALBUQUERQUE JUNIOR 1995, p. 111).

Desse modo, segundo Latour (2000, p. 45) “Uma sentença pode ser tornada mais fato ou mais ficção, dependendo da maneira como está inserida em outras”. Fica a cargo do leitor entender como válido um ou outro, e ao autor reforçar ou não sua afirmativa. Os autores tratam de uma mesma questão: o Nordeste como local da seca. A questão é: o que leva a distinção? Por que Roberto Marinho e Durval Muniz Albuquerque Júnior discordam do momento do nascimento do Nordeste?

Ao ler as falas e analisar suas bases teóricas, temos que, no caso de Albuquerque Junior, não é que ele não discuta a questão da seca de 1877, mas, ao longo de seu trabalho reafirma sua posição de um Nordeste que surge na década de dez do século XX. O mesmo ocorre com Roberto Marinho quando retoma a discussão e remete a emergência de um Nordeste nas obras de combate à seca no século XVIII. A discordância entre os dois surge da base argumentativa em que estes se sustentam para analisar seus objetos de pesquisa.

Ao tempo que Albuquerque Junior analisa um Nordeste que surge no século XX, ele vai além das questões econômicas e políticas, trata-se da construção de um espaço “social” e “afetivo”. Por sua vez, Roberto Marinho segue preso as questões políticas e econômicas da região, enquanto denuncia o abandono do Nordeste pelo Estado. Sobre o marco temporal de

¹¹ Ver o livro: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.

1877/79, Albuquerque Junior volta a fazer duras críticas ao emprego desses anos em específico como um consenso controverso.

Albuquerque Junior, (1995, p. 111) faz uma crítica ao uso da seca de 1877 como um marco. O autor explica que: “Embora os autores sejam unânimes em tomar a chamada “grande seca” de 1877/79 como momento a partir do qual a seca passa a interessar aos “poderes públicos” [...] tal fato é tomado como evidente, sem nunca ser questionado ou ser explicado.” O autor critica o fato de a seca de 77/79 ser exemplar das demais secas que trata de explicar outros problemas que envolvem clima, solo, natureza, demografia, economia e política, mas, não a sua própria existência.

Ao falar de algumas das principais secas que ficaram historicamente marcadas Josué de Castro (1984, p. 208) explica que “Quando essa anomalia climática atinge extensões territoriais consideráveis, como aconteceu em 1915 com o Estado do Ceará, e em 1877 e 1932 com toda a região semiárida, então se trata de uma seca propriamente dita, com todos os característicos de calamidade pública.” Dessa maneira é possível listar os anos de 1877 e 1932, como exemplares para definir a gravidade e a proporção destrutiva desse evento climático.

Dessa forma, o que se entende sobre a “grande seca” é que esta foi gatilho para a preocupação das elites com relação as condições desfavoráveis que o clima da região nordeste tem em relação ao Sul do país, isso persegue a escrita de quem toma essa data como um marco. Por tanto entrando num território bastante povoado de “apontamentos” e poucas explicações, o que se vê por exemplo é a tentativa de explicar a seca a partir de problemas como características climáticas e intervenções humanas.

Aziz Ab’Saber (1999) fala das críticas proferidas pelas elites quanto ao destino de ações de combate à seca antes do século XX. Segundo o autor:

Em passado recente – 20 ou 30 anos atrás – criticavam-se os grandes projetos de duvidosa validade social e econômica, [...] agora, em pleno período democrático, eles tendem a recrudescer por razões políticas e eleitoreiras, para alegria e interesse de grandes empreiteiras e consórcios (AB’SABER, 1999, p. 39).

Já se pode notar nessa afirmação uma mudança de postura por parte da elite governante, no tocante a projetos socioeconômicos voltados especificamente para essa região,

o que nos leva a pensar como essas calamidades são noticiadas nas demais partes do país. Sobre essa questão, Roberto Marinho (2003, p. 362) critica o emprego da mídia na divulgação da seca para a captação de recursos do Estado. Segundo o autor: “A seca, divulgada nacionalmente como um grave problema, torna-se um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais.” Isso por que quando cita Albuquerque Junior para falar dessas “imagens” sobre a seca, o autor aponta um trabalho na construção imagética discursiva da seca, ressaltando o papel da mídia em dar a visibilidade necessária para a conformação das imagens e discursos criados a partir dela.

Aziz Ab’Saber (1999, p. 30) em seu dossiê critica essa ideia de que os governantes não tenham conhecimento sobre o problema do semiárido sem a ação da mídia e das elites. Segundo ele “Não é possível, sobretudo, que governantes e políticos clientelares insensíveis se alienem de conhecimentos que dizem respeito a uma das regiões mais críticas das Américas.” Ou seja, o Estado não poderia se abster de planejamentos de “combate à seca” por tanto tempo, quando se tem uma região cuja a visibilidade midiática e discursiva está engendrada na sua cultura, estando presente no jornal, na literatura, na música, nas novelas e filmes, esperando o clamor das elites como prova de veracidade para se iniciar o “combate à seca”.

2.2.2 O “combate” à seca

A partir do momento que a seca passa a interessar a elite Nordestina, surge através das obras governamentais o “Combate à seca” como um atrativo de recursos, políticas públicas, investimentos, discursos e estudos que tentam identificar um inimigo dentro da ideia de “Combate à seca”. As mudanças na postura das elites nortistas em relação ao trato do flagelo regional e a forma como outros autores abordam o tema põe em destaque questões como: as relações de trabalho, ações do Estado e a produção de alimentos, desigualdades e a miséria da grande concentração latifundiária. Mas, é preciso notar que se a elite, como já venho discutindo, é aquela que possui poder e influência, considerando que as ações tomadas em relação ao trato da terra, das culturas cultiváveis, do uso dos recursos hídricos e da produção de alimentos, assim, elas estão intimamente ligadas a causas não naturais do agravamento do fenômeno das secas no Nordeste, o que faz a interação dessas elites no combate à seca ser um tema controverso.

A exemplo disso vemos Josué de Castro (1984, p.156) apontar que “A atual situação econômico-social do Nordeste, decorrente de graves erros acumulados durante anos, é a grande responsável pela alimentação deficiente das suas populações, contribuindo para o agravamento das endemias reinantes”. Corroborando com a ideia vemos que para Roberto Marinho (2003, p. 367) “O desconhecimento da complexidade do semiárido conduziu à introdução de práticas agropecuárias inadequadas, provocando ou agravando desequilíbrios ambientais.”

Ambas as afirmações tratam da mesma questão, porém, o caminho tomado na segunda a torna complemento da primeira. Isso acontece por que suas bases se sustentam em dois pilares principais: a) analisar as medidas tomadas para o combate à seca e a convivência com o semiárido; e b) os relatórios dos órgãos de monitoramento da seca no Nordeste, como o IOCS (Inspetoria de Obras de Combate a Seca), GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), que apresentam resultados da ineficiência dos trabalhos apresentados que só aliviam e não resolvem o problema. No fim os autores concordam que existem erros acumulados pelo desconhecimento de “práticas” adequadas a região do semiárido Nordestino.

O combate à seca é um ponto chave de concordância entre alguns autores. Albuquerque Junior (1995, p. 116) denuncia a forma como as elites se apossaram não só da imagem discursiva da seca, como dos recursos destinados ao seu combate. Segundo ele “A soma dos recursos, carreadas para essas províncias durante a seca de 1877/79, foi realmente vultosa [...] até 3 de fevereiro de 1879, foram gastos com a “seca do Norte” 29.269:419\$747, autorizados pelo governo imperial”. O montante não foi suficiente segundo o pesquisador “[...] dada a corrupção generalizada que desviava grande parte dos recursos, indo parar nas mãos dos “cidadãos ilustres” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1995, p. 116).

Sobre o assunto Roberto Marinho (2003, p. 363) traz um relato do “GTDN¹²” de 1950 revelando que: “[...] as ações governamentais de combate à seca, além de ineficazes, contribuíram para reprodução das crenças difundidas pelas elites locais de que a seca era responsável pelo subdesenvolvimento regional.”. Ou seja, desde as primeiras tentativas de se

¹² "O estudo Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (Departamento de Imprensa Nacional da Presidência da República, 1959), de autoria de Celso Furtado, foi por ele apresentado ao presidente Juscelino Kubitschek no Palácio do Catete, em 17 de fevereiro de 1959, numa cerimônia que reuniu parlamentares, ministros e governadores do Nordeste. O estudo se originara no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, daí ter ficado conhecido, por muitos anos, como Estudo do GTDN, de autoria coletiva. Ver: GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 97.

produzir um estado de combate a calamidade da seca, as ações se tornavam não só ineficazes como também ferramenta de alienação das populações Nordestinas.

Josué de Castro (1984, p. 161) também critica justamente essa relação única entre seca e subdesenvolvimento. Para o autor “O fenômeno regional das secas, embora grave, não poderá ser invocado, no estado técnico-científico atual, como principal fator do marasmo econômico do Nordeste.” Essa é uma questão que Albuquerque Junior traz em seu trabalho quando se refere ao papel das elites “cidadãos ilustres” no comando e ação dos recursos e obras de combate à seca. Segundo Albuquerque Junior (1995, p. 116) “[...] os gastos com a seca (de 1877) no Ceara e Rio grande do Norte foram maiores que a arrecadação dessas duas províncias juntas pelos próximos dez anos”.

Um fator chave para a aproximação desses autores e seus estudos partem do entendimento de três questões primordiais. Em primeiro lugar justificar a miséria e o subdesenvolvimento do Nordeste pelo clima e as crises recorrentes da seca. Em segundo ao estudar a natureza e as crises da região, apegar-se a análise da trajetória econômica e das populações que habitam essas áreas abandonadas e apontar na sua forma de vida parcela de responsabilidade da sua própria desgraça. E, por fim, e mais importante, o papel das elites econômica da região como responsáveis por dar visibilidade e intensificar um processo de desestabilização da economia e da convivência com a seca no semiárido Nordestino, o que é controverso se considerarmos que as ações tomadas pelas elites visam a manutenção de seu “*status*” . A ação controversa das elites no combate à seca explicaria a ineficiência das obras contra a estiagem e o atraso econômico da região contrastante entre práticas agrícolas arcaicas e alta concentração de riquezas entre poucos.

2.2.3 “Convivência” com o semiárido

A ideia de convivência com a seca aparece como um “avanço” das formas de combate a “seca” empregadas por órgãos governamentais e os não governamentais, mas, as medidas que veem sendo tomadas nos dois últimos séculos são apresentadas quase sempre como ineficazes ou insuficientes, o que causa mais controvérsias entre os autores quando se trata de definir o que são práticas de “convivência com o semiárido” é se seria possível ensinar as pessoas a conviverem com ela. Para Roberto Marinho (2003, p. 361) “A convivência com o semiárido é uma construção imagética”.

Imagética ou não as medidas tomadas pelo Estado desde os últimos anos do século XIX não só foram ineficazes como também não possibilitou um “avanço” permanente no quesito convivência com a seca. Aziz Nacib Ab’Saber, em seu livro “Sertões e Sertanejos” (1999, p. 24) afirma que “Ensinar o nordestino a conviver com o semiárido é uma falácia.” Ab’Saber deixa claro que há algo a se superar nos discursos empregados ao Nordeste, se estes pela sua trajetória histórica “conviviam” bem com o semiárido, o que se faz necessário é refletirmos sobre o que mudou? e quando mudou? Esse convívio “Harmônico” com a seca seria também uma falácia?

Para responder estas questões é preciso considerar em primeiro lugar que; a população do Nordeste dos séculos XVI ao XIX era composta por trabalhadores pobres e pequenos proprietários que sempre sofreram com a seca. “Periféricos” aos interesses nacionais suas mazelas não interessavam as elites. Sobre essa questão Albuquerque Junior (1995, p. 118) nos dá uma pista para respondermos o que mudou quando afirma que “Muitas vezes em que o fenômeno ocorrera anteriormente, só vinham à tona no momento em que não atingiram apenas os pobres e os escravos, mas quando se tornaram uma arma estrategicamente interessante na luta entre as várias elites do país”.

Em segundo lugar a questão da seca de 1877/79 torna-se um marco porque afetou a camada social que importa: a elite. Isso muda a atitude nacional para o problema secular. Albuquerque Junior (1995, p. 118) afirma que:

A seca, além de aprofundar a crise econômica e política dessas elites, pôs em curso um rápido processo de rompimento entre as relações sociais tradicionais, que desaguou em conflitos, em violências, em ameaça a ordem, já que tornou clara a face mais cruel dessas relações de exploração e dominação.

Sobre a mesma questão Roberto Marinho aponta que

a culpabilidade da natureza é um artifício ideológico usado para encobrir as questões estruturais geradoras da miséria: a concentração das terras, das riquezas e do poder, combinada com a exploração do trabalho humano, o mau uso dos recursos públicos e o abandono da região a uma lógica econômica que concentra os investimentos em áreas dinâmicas, descartando as áreas tradicionais ou estagnadas. (MARINHO, 2003, p. 381).

Assim, podemos concluir que a partir de 1887 a evidente insatisfação, não só da população pobre e trabalhadora mais também das elites, é parte do contexto que explica a mudança de atitude, ou seja, um problema antes periférico passa ao “centro” pois abalou as estruturas de suporte das elites dominadores dos pobres: suas rendas.

Em terceiro lugar, é preciso ponderar que as secas “sempre” existiram e os homens sabiam administrar sua relação com elas. Então a “convivência com a seca é de fato uma falácia” pois sempre obrigou os pobres a “viver” e “morrer” por essa existência quase antagônica.

Outra questão importante e controversa é sobre a miséria e os latifúndios. Há, segundo Roberto Marinho (2003) um paradigma emergente que trata da “visão ecológica” da “convivência com o semiárido” que vai contra a pratica tradicional “antropocêntrica” em que o homem dominaria a natureza:

A convivência com o semiárido tem por base uma percepção holística sobre as realidades complexas dos ecossistemas e a valorização de conhecimentos, valores e práticas apropriadas ao meio ambiente essa percepção devem-se articular as iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações locais. (MARINHO, 2003, p. 381).

Então vejamos dois pontos de vista sobre como se explica a miséria nessas áreas. Para Roberto Marinho (2003 p. 368) “A miséria no Nordeste é uma expressão das formas históricas de ocupação dos espaços e pela concentração latifundiária.” Noutra análise, Josué de Castro (1984, p. 111-112) explica que: “[...] a criação dos engenhos centrais [...] acelerou a absorção das terras pelos latifundiários.”

Roberto Marinho não deixa claro quais são as “formas históricas” de ocupação, a afirmação de Josué de Castro, não fala das formas de ocupação, mas, nos dá uma pista de como isso pôde acontecer. Juntos os autores deixam claro que a ação da elite, dona dos latifúndios, apressa o isolamento dos mais pobres no entorno desses engenhos e fazendas. Josué de Castro fala de uma medida econômica tomada no século XIX que visava “salvar” a economia açucareira levando os pequenos produtores a perderem parte de suas terras. A motivação para a aceleração na “absorção” das terras indicada pelo autor é diferente da indicada por Roberto

Marinho que é menos específico e trata a questão de forma ampla como uma condição da formação histórica da região.

Se considerarmos a formação histórica da região, a intensão clara das elites conservadoras locais de manter-se em seu lugar, por si só explicaria uma atitude controversa da parte delas em chamar a atenção para a devastação que a seca causa em suas vidas. Isso explicaria também a pouca efetividade dos projetos de combate à seca e principalmente de “convivência” com o semiárido. Isso é facilmente exposto por Josué de Castro (1984, p. 161) quando afirma que “Os projetos e obras de emergência só atendem a situações especiais transitórias e de calamidade, sem se traduzirem em resultados permanentes”.

Para Ab’Saber (1999, p. 34) “[...] das propostas para minimizar os efeitos insuportáveis que as secas provocam nas comunidades sertanejas ocorrem situações paradoxais. O governo federal não tem propostas, porque desconhece o Nordeste.” Para Roberto Marinho (2003, p. 377) “Percebe-se, no entanto, que a institucionalização do discurso da convivência ainda não foi suficiente para promover as mudanças efetivas na intervenção governamental naquela realidade”.

Considerando as duas últimas afirmações podemos inferir que as obras de combate à seca não foram eficazes no combate à seca e o governo desconhece a região Nordeste por isso toma medidas ineficientes. Curiosamente isso vai de encontro a situação controversa que relatei acima se considerarmos a formação histórica da sociedade Nordestina, e a clara intensão das elites locais de manter-se no poder. Temos um problema paradigmático que é justamente o antagonismo entre “conservação do poder” e “progresso regional e humano”, isso porque como já vem sendo discutido ao longo desse trabalho, as elites “locais” trabalham muito bem a miséria que as secas trazem consigo, seja absorvendo cada vez mais terras ou os recursos destinados ao combate as secas, utilizando de sua posição como ponte entre “centro e “periferia” para manobrar as massas de trabalhadores a sua volta.

Nos textos que apresentei a maior parte das controvérsias diz respeito a três temas gerais: o “papel das elites nortistas”, o estabelecimento de uma temporalidade específica para o nascimento do Nordeste da seca e das “crises” e a ideia fantasiosa de se “ensinar o sertanejo a conviver com a seca”. Fugindo da tentação de estabelecer um marco da seca como um problema, no próximo capítulo me atentarei a “indústria da seca” e suas práticas econômicas.

Mais do ponto de vista econômico e social um “marco” a ser considerado é a crise da cana de açúcar, a partir do século XVIII, pois esta conflita diretamente com a “mudança de

eixo” a “as minas de ouro no Sul” a “crise da mão de obra escrava” e “vinda da família real para o Brasil” o que marca também o nascimento do Nordeste periférico, ou seja, como um polo atrativo dos mais variados discursos e estudos sobre a obsolescência econômica imposta pelas próprias elites locais. Para o próximo capítulo trabalharemos a ideia de um “norte magnético” levando em consideração os elementos indicados acima, um melhor aprofundamento na questão da crise do açúcar no Nordeste nos ajudará a compreender os artifícios usados pelas elites econômicas para se manterem, aliando-se a uma nova indústria, a “seca”.

CAPITULO 3 - O NORTE MAGNÉTICO

As práticas discursivas inauguram no nordeste brasileiro uma nova “indústria”: a seca como propulsor das “necessidades” da elite regional nos seus extremos. As elites locais conviviam muito bem com as secas, isso até serem atingidas por elas, por isso, se fala muito da grande seca de 1877/79, como um ano a se marcar como ponto extremo das calamidades que recaíram sobre a região. Mais o ano de 1877 não explica por si só as tragédias que a seca causava na região.

O ano de 1877 marca o momento em que as elites locais se viram como “periféricas” aos interesses dos centros econômicos da colônia deslocado para o Sul. Os anos de 1877/79 fazem parte dos tantos “polos” atrativos da elite regional para com os recursos e benesses do estado nacional, mas, antes disso outros acontecimentos marcaram a trajetória da velha elite nortista, como o fim da economia açucareira, o fim da mão-de-obra escrava e a chegada dos imigrantes vindos de todo mundo.

A fim de tentar explicar a construção de um “polo” magnético no Norte faremos uma análise das transformações do Norte agrário contrapondo o Sul Cafeeiro nos séculos XVIII e XIX, trabalhando sobre essas questões uma possível definição para o conceito de “Norte Magnético”. Para isso trabalharemos com os seguintes autores como principal base teórica e argumentativa: Iná Elias de castro, em “O mito da Necessidade”; Evaldo Cabral de Mello¹³, em “O Norte agrário e o império” e Rosa Maria Godoy Silveira¹⁴ em “O regionalismo Nordestino”.

¹³ EVALDO CABRAL DE MELLO nasceu no Recife em 1936. Estudou Filosofia da História em Madri e Londres. Em 1960, ingressou no Instituto Rio Branco e dois anos depois iniciou a carreira diplomática, servindo nas embaixadas do Brasil em Washington, Madri, Paris, Lima e Barbados. Um dos principais historiadores brasileiros, é autor de *Olinda restaurada*, *Rubro veio*, *O negócio do Brasil*, entre outros. Fonte: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00330>.

¹⁴ Rosa Maria Godoy Silveira, Graduação em História pela Universidade de São Paulo (1971), Mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1974); Especialização em Estudos Internacionais pela Université de Nice (França); doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1981); Pós-Doutorado em História pela Universidade de São Paulo. Atuou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como docente entre 1976 e 2003. Fonte: <https://www.escavador.com/sobre/5919827/rosa-maria-godoy-silveira#:~:text=De%202003%20em%20diante%3A%20Professora,e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20da%20UFPB>.

3.1 O Um “novo” Nordeste, “gestação” e “Nascimento”

A princípio nesse trabalho mencionei que o Nordeste que nasce nos séculos XVIII e XIX foi “gestado” fora do seu “corpo físico”, e é isso que iremos discutir nesse tópico. Esse novo Nordeste nasce do pressuposto de que foi por muito tempo o próprio “Brasil”, e a partir dele fizera-se as bases para a consolidação da colônia. Já a partir de 1600, o “Corpo” do Nordeste existia, mesmo estando ainda a se fecundar, pois durante os séculos XV até início do século XVIII, habitava em seu corpo um único “Brasil” concentrando em seu interior toda a capacidade econômica e demográfica.

O quadro econômico catastrófico do Nordeste, muito antes da seca servir como chamativo e compor os discursos políticos, era a crise da produção açucareira; essa por sua vez tornou-se uma base consolidada em agregar recursos e discursos para benefício de alguns, dentro dela transitava uma discussão já secular com relação a mão de obra e o fim da escravidão.

Como já mencionado no primeiro capítulo, as províncias no Sul com seus cafezais viriam absorver os fôlegos (cativos) restantes da velha economia açucareira. Sobre o assunto, Evaldo Cabral de Mello (1999, p. 11) cita trechos do diário de Sebastiao Accioly Lins, barão de Goicana, que em 1887 relatou sua indignação quanto a forma como o império trata as províncias do Norte. Segundo o Barão: “[...] o café tem subido e sustentado a muito o preço elevado e tanto bastante para que o governo e os do Sul considerem-se em mares de rosa, e pouco se dêem que os do Norte se aniquilem por inanição”.

Vê-se que há uma insatisfação por parte da elite Nortista, consequências do deslocamento do polo “produtivo” e econômico já consolidado em fins do século XVIII e XIX. Outro grande problema que chamava a atenção dos senhores de engenho e seus representantes no congresso era a divisão da mão de obra escrava entre Norte e Sul. Com as leis que visavam “findar” o trabalho escravo no Brasil “[...] na Paraíba, em 1879, [...] centro agrícola mais importante da província, já não [havia] mais engenho que despusesse de mais de 50 escravos, muitos apenas 16 ou 12, e alguns apenas os indispensáveis do serviço doméstico “ (MELLO (1999, p. 23).

Também afirmei anteriormente, baseado nos levantamentos feitos sobre a relação da “escassez” de mão de obra nos engenhos do Nordeste, que não haveria de fato uma “escassez”

de mão-de-obra e sim de “escravos” aos moldes da velha sociedade escravista. A resistência dos senhores era de empregar a mão de obra livre em suas fazendas e engenhos em comparação as províncias do Sul. Segundo Mello (1999, p. 23) “Em 1883, constava o cônsul inglês em Salvador, não haver na província escassez de “jornaleiros”; a seu ver, toda a dificuldade consistia nas propensões escravocratas, dos senhores de engenho.” O que derrubava por terra o argumento de que a “sobrevivência” da economia açucareira Nordestina estava na disposição de maior quantidade de mão de obra possível. Isso serviu apenas como suplica a manutenção do velho sistema escravocrata.

Outra grande queixa foi que a mão de obra livre se deslocava para as áreas mais economicamente “ativas” como a amazônia durante o ciclo da borracha, deixando os engenhos despovoados. Para Mello (1999, p. 26) “[...] a mão-de-obra livre do Norte apresentava-se mais que suficiente para as necessidades de uma economia que, fazendo embora sua transição do trabalho livre para o escravo, achava-se estagnada.” O açúcar assim como o algodão já não encontrava no mercado internacional o valor que justificasse tamanha demanda.

A grande dificuldade de se superar a questão escravista no Nordeste levou seus defensores a apostar numa “queda” da economia cafeeira no Sul. Segundo Mello (1999, p. 27) “Não se realizaram as previsões de catástrofe para a economia cafeeira, previsões que eram também do agrado de muitos escravocratas. No objetivo oposto de paralisar o processo emancipador [...]” durante todo o século XIX há uma resistência sistemática das elites nortistas quanto a abolição total da escravidão. Estes moviam-se pelo conservadorismo das suas bases.

Uma questão importante que levava as elites a defenderem a escravidão é que o tráfico interprovincial se tornou para o Norte uma nova fonte de renda e manutenção de sua economia, como outrora apontado.

Em meados do século XIX, foi pedido um endurecimento das penas aqueles que insistissem no tráfico interprovincial de escravos, não dando o resultado que se esperava:

O projeto apresentado por João Mauricio Wanderley a câmara dos deputados, proibi o tráfico interprovincial, e prevê a aplicação das mesmas penas, estabelecidas pela lei Eusebio de Queiroz para o tráfico africano. Apesar do apoio das bancadas nortistas, em especial das províncias açucareiras, o projeto foi rejeitado, devido ao desinteresse do ministério conservador e a oposição das províncias cafeeicultoras. (MELLO, 1999, p. 30).

O que se pretende debater, retomando essas questões, é esse “novo” Nordeste gestado por uma elite velha, conservadora e ressentida, fruto da decadência econômica, da perda de prestígio e da resistência em abandonar as velhas práticas coloniais. No tocante a escravidão um fator agravante é que tal pensamento não era exclusivo da elite nortista. Segundo Mello (1999, p. 32) “[...] era como se tivesse ocorrido uma espécie de convergência dos interesses nortistas e sulistas: do Norte, em vender seus escravos; do Sul, em compra-los”.

O fomento desse comércio cria uma certa comunicação entre estas províncias antes distantes e isoladas, um caso problemático, pois a união dessas elites representava um retrocesso aos emancipacionistas. O “novo” Nordeste nasce dessa resistência a transição da escravidão a mão-de-obra “livre”. Segundo Silveira (1984, p. 136) “[...] a partir, contudo, da extinção do tráfico negreiro, e com a gradual deterioração que se processa nas relações escravistas de trabalho, as várias frações da classe unificada, começam a diversificar as vias pelas quais reorganizam seus espaços de produção.” Mais além disto, tratasse de reinventar-se perante a enorme perda de prestígio frente ao Estado.

Outro detalhe é que esta elite, que era dominante no século XIX, tinha enormes inclinações nativistas dada as várias insurreições e revoltas ocorridas nos séculos XVII e XVIII. Segundo Mello (1999, p. 34) “Para Perdígão Malheiro, as forças conservadoras do Norte haviam traído os interesses de classe de grande lavoura brasileira, uma atitude, que, segundo ele, apresentava um grande perigo para integridade do império”.

A lei do ventre livre (1870) já causava temores aos setores escravistas da perda de investimento nos escravos e da ausência do ressarcimento dos gastos. Dessa forma, muitas leis e projetos emancipacionistas eram constantemente travados na câmara, diferente do que ocorrera nos Estados Unidos em que a transição se dava numa relação de confiança mútua. Segundo Mello (1999, p. 37) “[...] no Brasil a situação afigurava-se lhe distinta, sobretudo devido ao que lhe parecia o acentuado declínio da qualidade moral, dos políticos nortistas.” Era por assim dizer um “Novo” Nordeste em confronto com uma velha elite temerosa quanto ao seu futuro econômico, mas, muito além disso era o início de uma disputa entre dois “polos” poderosos.

3.1.2 O “novo” Nordeste, “Nascimento”

O Nordeste que nasce em fins do século XIX é pautado numa luta interna entre dois polos. No Norte, as transformações da economia açucareira obrigavam as elites a reerguer a qualquer custo suas velhas bases, tendo está perdido sua última base de sustentação e manutenção de seu *Status Quo*: os escravos. Os velhos engenhos, agora usinas, já não sustentam o padrão econômico de outrora, e antes da seca a “falta” de mão-de-obra escrava para o trabalho nas lavouras se torna a grande exigência das elites. Segundo Mello (1999, p. 60) “Como é bem sabido, a imigração europeia (e nessa expressão não se incluíam significativamente as correntes tradicionais vindas de Portugal) concentrou-se no Sul do Brasil, inicialmente no Paraná”. No Sul, a expansão do café abriu cada vez mais espaço a entrada de trabalhadores vindos de vários países gerando descontentamento com os do Norte que reclamavam uma divisão desigual dos novos imigrantes. Segundo Mello (1999, p. 60) “O fenômeno foi sempre explicado em termos de preferência climática e, mais recentemente, também de fatores econômicos.” não sendo agradável as elites nortistas que exigiam o financiamento de emigrantes para suas províncias,

Com as pressões inglesas e as leis de proibição do tráfico de escravos mesmo dentro da colônia, a participação do Nordeste no processo de expansão da economia foi se tornando menos impactante. A alta rentabilidade do café era um grande fator de destaque para as províncias do Sul “Apesar disto o Norte não se beneficiou dos seus favores, [...] nem mesmo durante o auge da imigração dirigida, isto é, os anos do gabinete Rio branco, colheu o norte qualquer vantagem tangível”. (MELLO, 1999, p. 61).

É um tanto controverso pensar a situação em que se encontrava a questão do trabalho nas províncias do norte. A mudança do trabalho escravo para o livre e remunerado como sempre não agradou as elites nortistas, estas reclamaram que o Sul absorvia todo seu contingente de trabalhadores, mas, também sabemos que havia uma abundância de mão-de-obra no Nordeste provenientes dos velhos engenhos, que não estavam sendo bem aproveitadas, ainda assim insistia em se alocar ao trabalho local imigrantes europeus a todo custo, com isso:

Somente a partir de 1887 e que a Bahia, Pernambuco e Pará obtiveram verbas, mesmo modestas, para a imigração, numa tentativa de silenciar os crescentes protestos contra a monopolização pelas províncias do Sul, dos fundos atribuídos pelo parlamento ao serviço de terras e colonização. (MELLO, 1999, p. 61).

Percebe-se que a partir do fim da escravidão e da introdução do imigrante europeu, que as províncias do norte passam a integrar nos seus discursos um caráter assistencialista nasce

um estado de necessidades permanentes que mereciam maior atenção do governo, as movimentações nas províncias do norte passam a manifestar já no congresso de 1878¹⁵, restrito as províncias do sul, um confronto entre o tradicional e a ordem legal (SILVEIRA, 1984, p. 46-49).

Uma questão que chamava a atenção era o fato da auto proclamação da capitania do Rio de Janeiro como “centro “ da nação. Isso era um problema para o Brasil quanto “nação” pois havia desde a chegada da corte um trabalho em torno da unificação do povo. O elemento separatista permanecia dentro da política nortista como garantia de sua autonomia. Fato é que as tendências republicanas já se constituíam além da ideologia uma ação política concreta e atuante, tudo isso já sendo proveniente das revoltas e revoluções infladas pela descriminação das províncias do norte perante o estado (SILVEIRA, 1984, p. 46-49).

O que se consolida por todo o século XIX, é uma disputa por recursos direcionados ao investimento. No Nordeste a economia e elite dependiam dessas “ajudas” para tocar seus “projetos” de recuperação econômica e moral, tanto que:

Ao proclamar-se a república em 1889, tudo o que se havia conseguido arrancar ao governo imperial resumia-se no plano de introdução de 5.000 imigrantes no Pará; na aquisição, em Pernambuco, do engenho de Suassuna, em Jaboatão, para servir de núcleo colonial; e na nomeação de duas comissões na Bahia encarregadas da instalação de colônias em Vila Nova da Rainha e no vale do Jequitinhonha. (MELLO, 1999, p. 62).

Um fator marcante é que havia uma negligencia por parte do governo em ampliar o acesso aos recursos voltados a imigração. O que se reclamava era que mesmo o descendente do europeu nascido no Sul não se adaptaria ao norte, pois estes já estaria familiarizado ao mesmo clima dos seus pais na Europa. Entretanto, segundo Mello (1999, p. 63) “O que se designava simplificadamente como o “clima do Norte” serviu frequentemente de álibi as autoridades

¹⁵ Na segunda metade do século XIX, quando a sociedade brasileira intensificou o debate sobre o fim da escravidão e a iminente crise (falta) de mão-de-obra. A promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 acirrou o debate, levando a classe dominante, composta principalmente de grandes fazendeiros de café, a criar instituições para os primeiros (ingênuos) “libertos”, assim como propôs a criação de asilos e orfanatos de educação agrícola para receber e preparar as crianças para o trabalho. Fonte: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640229>.

imperiais para justificar a inexistência de uma política de imigração para aquela parte do Brasil.”

Esse é o “novo Nordeste” atestando a tamanha perda de prestígio de uma região que antes representou toda a força econômica almejada pelos que buscavam riquezas, posto fora dos planos econômicos visto como uma região cujos investimentos soam sempre de “alto risco” ou de nenhuma rentabilidade, preso a uma busca constante de recursos do estado. Segundo um cônsul inglês:

[...] tentativa feita ali em 1875 com um grupo de imigrantes italianos, franceses, espanhóis e ingleses, vê-se que ele se deveria não ao “clima do norte”, mas a inépcia e o descaso do governo imperial, que os enviara a província, sem haver tomado as providências necessárias visando a sua fixação: criação de colônias, mediação e rateio de lotes etc... (MELLO, 1999, p. 64).

O “novo” Nordeste nasceu do abandono do estado brasileiro. Já no primeiro capítulo manifestei esse caráter exploratório português, estes não investiam onde não se obtivesse lucros rápidos e em culturas altamente rentáveis. Segundo Silveira (1984, p. 160): “[...] a conceituação *Norte* – geográfica -, de uma enorme abrangência física, [...] se desvenda como um rótulo que encobre regiões diferentes, reunidas pelo discurso.” Discurso esse que atiraria toda a região a sua própria sorte.

Por isso a questão da falta de mão-de-obra, não era apenas uma questão econômica, mais também uma disputa pela atenção do governo para o “Nordeste”. Governo este que, atendia apenas demandas das “elites centrais” da região. Segundo Mello (1999, p. 66) “[...] o governo imperial pode confortavelmente ignorar as reivindicações isoladas que lhe fazia esta ou aquela província do norte, graças ao desinteresse da grande lavoura regional, que dispunha de mão-de-obra suficiente”.

Longe de haver um consenso sobre as questões imigratórias, cada vez mais se precipitava as desavenças quanto a prática da divisão desigual tanto dos recursos como dos imigrantes:

Exclamava Coelho Rodrigues no congresso agrícola do Recife, em 1878, - “que a colonização é desde muito o negócio mais lucrativo e talvez o mais criminoso que há

na corte, [...] Barros Barreto, senador por Pernambuco, referia-se ao programa de colonização como a “seca do Sul”, isto é, como constituindo para o governo imperial um ônus tão avultado quanto o imposto pelas despesas com o socorro das províncias flageladas pela grande estiagem de 1877. (MELLO, 1984, p. 69).

Essas questões imigratórias são apenas a superfície do problema que se estendera por todo o século XIX, como principal discurso de apelo ao estado brasileiro, após se “superar” a questão do imigrante enquanto discurso assistencialista, a elite local se vê cada vez mais “periférica”, sem seus engenhos, seus escravos, seu prestígio e influência nacional. Esquecido pelo estado, o Norte e o nordeste seguiram atraindo para si como um polo magnético os mais variados discursos, primordialmente o da seca, posta como o maior entrave e responsável pela sua estagnação econômica e humanitária. O Norte magnético nasce da necessidade de se reinventar o “Nordeste” para as elites, trazendo para o “centro” as demandas da “periferia” e nele firmando novas bases de manutenção da velha elite agrária.

A situação é mais decadente e problemática no âmbito das estruturas físicas do velho Norte. Além das questões ideológicas e econômicas relacionadas ao mercado externo a crise econômica da elite agrária, a manutenção de suas fazendas e engenhos se tornam um grande problema a ser resolvido, mas, isso exigiria uma certa demanda de recursos, recursos estes que a tempos são tema dos mais variados discursos nortistas.

3.1.3 A grande lavoura e suas “necessidades”

Sérios problemas estruturais e principalmente financeiros afetavam cada vez mais a grande lavoura do “Norte”: a baixa dos preços do açúcar e do algodão fazia com que os produtores não conseguissem honrar com suas dívidas. Muitos atribuíram essa questão ao mercado internacional, aos juros exorbitantes cobrados pelos bancos. Isso se tornou depois da crise da mão-de-obra escrava outro grande entrave econômico e acentuou mais uma vez as disputas entre Norte agrário e o Sul cafeeiro. Segundo Mello (1999, p. 95) “Para a grande lavoura do Norte, o problema fundamental, nestes anos de crise econômica [...] não residia na substituição do trabalho escravo pelo livre, mas na questão dos chamados ‘auxílios a lavoura’”.

E este é um problema que chama a atenção para uma velha questão pontual já mencionada anteriormente. Assim como os colonizadores, o governo imperial mantinha todo

seu esforço e atenção as culturas de exportação mais lucrativas. Dessa maneira “[...] a noção de ‘auxílios a lavoura’ excluía flagrantemente os setores não-dominantes da economia brasileira, isto é, os setores não diretamente vinculados a exportação.” (MELLO, 1999, p. 95). Dessa forma, pequenos produtores, agropecuários em menor escala, e o produtor de gêneros alimentícios, não contariam com nenhum tipo de linha de crédito para manutenção e investimento em suas lavouras em tempos críticos como os de estiagem.

Apenas a borracha na Amazônia não era excluída dessas linhas de crédito e subsídios, isso por que estava dentro do grupo de produtos exportáveis que entravam de forma excepcional. Essa prática do governo de excluir alguns setores menores dos projetos de desenvolvimento e das linhas de crédito já vinha sendo criticada ainda durante a crise da mão-de-obra escrava.

Quando Nabuco criticou o ministério Sinimbu pelo que julgava preocupação excessiva com a sorte da grande propriedade territorial e escravocrata em detrimento da pequena propriedade e do trabalho livre, viu-se acusado de tecer considerações “metafísicas” e mesmo de entrar em destinações perigosas (MELLO, 1999, p. 96).

O abandono sistemático do governo com relação a região é o que faz o Nordeste ser uma “necessidade” pois, concentra nele, já no século XIX, todo um potencial atrativo aos mais variados tipos de discursos. Ainda no século XIX, concentrava-se mais ao campo econômico, mas, posteriormente, direcionou-se ao campo social:

Para resumir, enquanto a redução de impostos constituía um mecanismo automático e imparcial que aproveitaria a todos os setores da grande lavoura a que fosse concedida, o crédito hipotecário era seletivo e elitista, beneficiando uma minoria de agricultores privilegiada de acordo com o critério de patronato político então operante. (MELLO, 1999, p. 97).

O estado de necessidade criado pelo abandono estatal faz com que a elite migre seu campo de atuação. Mais uma vez adaptando-se aos meios através da alocação de novos espaços de ação, agora dentro da política nacional, mas, com foco no regional e unido a uma representatividade elitista. Dessa forma, segundo Silveira (1984, p. 110) “[...] além de admitir

na participação política quase que exclusivamente os proprietários rurais, restringia ainda mais o círculo, abarcando quase que apenas os representantes vinculados a grande lavoura.”

Isso causou na sociedade nordestina um grave problema administrativo, pois a política elitista trabalharia apenas pela manutenção de seus privilégios, deixando as periferias cada vez mais a margem dessa sociedade. Outra questão era a forma despreziosa com que estas elites políticas regionais lidavam com os recursos voltados ao desenvolvimento econômico e o combate aos flagelos.

No campo econômico as práticas econômicas açucareira deixaria as periferias uma herança maldita de fome e miséria em seus tons mais escuros. Tudo isso graças ao foco do grande latifúndio. Ao mesmo tempo os erros na introdução de políticas de “desenvolvimento” e “investimentos” no aperfeiçoamento da produção açucareira levou a falência total da grande indústria do açúcar. Para que possamos entender como a elite política regional introduziu práticas econômicas e financiamentos que levaram a grande lavoura ao seu declínio final relembremos alguns aspectos da economia açucareira no Brasil.

Como já foi discutido, a produção da cana-de-açúcar foi uma das principais fontes de riquezas do Brasil e do Nordeste açucareiro. Entender a crise estrutural dos engenhos nos ajudará a “visualizar” a base do discurso assistencialista. Acontece que:

Desde 1840, a maior parte do açúcar brasileiro era vendida à Inglaterra. Com a proliferação das refinarias em solo inglês, entre 1854 e 1874, a Inglaterra impôs tarifas à importação de açúcar refinado, o que, para os comerciantes brasileiros, significou uma redução de preço de 25% a 33%, além dos custos com o transporte de impurezas contidas no açúcar mascavo, sem valor econômico. (EISENBERG, 1977, p. 50 Apud RODRIGUES e ROSS, 2020, p. 67-68).

Isso fez com que o Brasil perdesse muito recurso vindo do açúcar refinado que era exportado, situação que viria a piorar ainda mais com a introdução do açúcar de beterraba produzido em larga escala em terras inglesas. Outra mudança também acabaria por enfraquecer ainda mais a frágil economia brasileira no mercado exportador açucareiro (RODRIGUES e ROSS, 2020). Ainda por cima:

A introdução de processos mecânicos em Cuba, entre 1790 e 1830, melhorara extremamente os métodos de fabricação do açúcar, aumentando a sua produtividade

e possibilitando o alcance, pela primeira vez, da cifra de 1 milhão de toneladas por ano e o posto de principal fornecedor de açúcar no mercado externo, seguido por Java. (RODRIGUES e ROSS, 2020, p.68)

Começaria a partir daí uma disputa nacional por concessões visando o “aprimoramento” e a “construção” de mais engenhos. O que não acabou dando o resultado esperado a exemplo de Pernambuco que utilizou seus recursos para terceirizar a construção de alguns engenhos empregando uma empresa inglesa. Segundo Eisenberg (1977 Apud rodrigues e Ross, 2020, p.75): “O primeiro engenho central que entrou em funcionamento nessa província foi construído pela empresa inglesa *Central Sugar Factories of Brazil Limited* (CSFB), que recebeu duas concessões, em 1881”.

O que deu início a um problema de gastos e falhas administrativas que levaria a uma perda enorme de recursos e sucateamento dos engenhos. Para Eisenberg (1977 Apud RODRIGUES e ROSS, 2020, p. 76): “A CSFB instalou nesses engenhos máquinas usadas, muitas vezes enferrujadas, adquiridas em engenhos ingleses do Egito. Construiu edifícios com problemas, apresentando paredes inclinadas e rachadas”.

Buscando superar as perdas da proposta inglesa de aprimoramento da indústria açucareira no Brasil, o estado ainda tentou apontar possíveis responsáveis pelo fracasso do empreendimento. Assim, segundo Eisenberg (1977 Apud RODRIGUES e ROSS, 2020, p. 76). “As autoridades pernambucas atribuíam o insucesso dos engenhos da CSFB à má administração, à imperícia da direção técnica, à falta de operários idôneos e aos esbanjamentos dos gerentes e da diretoria”. Mesmo assim, insistindo no alavancamento da indústria açucareira no Brasil “Contrapondo-se ao desempenho frustrante das companhias inglesas, os brasileiros fundaram cinco engenhos centrais em Pernambuco, subsidiados pelo governo provincial, com resultados bastante promissores”. (RODRIGUES e ROSS, 2020, p. 77).

A previsão era que através de leis e decretos muitos outros engenhos seriam construídos, mas, as fraudes, desvios de verbas e baixa qualidade dos maquinários, além da falta de estrutura de escoamento do produto, não foi estimulante para os investidores:

Dessa forma, a partir dos anos 1890 até a primeira década do século XX, a crise no mercado de açúcar se propagou em Pernambuco, ao invés do aumento do número de engenhos, que havia ocorrido em meados do século XIX, houve decréscimo, inclusive

de 8% da produção de açúcar. (EISENBERG 1977, p. 146 Apud RODRIGUES e ROSS, 2020, p. 78).

Ao contrário da proposta inicial de modernização da economia açucareira, as transformações estruturais, as crises econômicas e administração corrompida dos recursos levou a uma nova crise e acentuou a pobreza e a fome dos trabalhadores que tiravam sua sobrevivência do trabalho nos engenhos e usinas. Já no século XIX

Uma boa parte dessas últimas exportações foi destinada aos países vizinhos da América do Sul e, a rigor, a única vantagem derivada das condições de guerra residiu na alta dos preços do produto. Graças a ela, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que fora criado em 1933, pôde parar de ter prejuízo com as exportações de açúcar, um monopólio que ele manteria praticamente até o final de sua longa existência. (SZMRECSÁNYI, 1991, p. 58).

Isso tudo se associou aos períodos de estiagem e os baixos salários para a acentuação de um problema que antes não se dava a visibilidade devida, a seca. O empobrecimento na região dos engenhos levaria a essa população a busca por outras formas de sobrevivência:

Se o surto de urbanização, de predominância das atividades urbanas sobre as rurais, com o rebaixamento, que se processou intensivamente no século passado, das atividades agrícolas, foi motivo de grave degradação de nosso panorama alimentar, no Nordeste açucareiro este fator se antecipou de dois séculos numa precocidade terrivelmente prejudicial (JOSUÉ CASTRO, 1984, p. 131).

Essa urbanização e o desemprego pode representar o estímulo ao “início” das primeiras migrações e do êxodo rural que vemos do início do século XIX e por todo século XX no Nordeste principalmente após o fim da escravidão. Sobre essa movimentação demográfica Josué de Castro (1984, p.131-132) fala que “Recife é uma cidade que sempre atraiu um excesso de população formado de elementos adventícios que fugiram da zona rural acossados por dois grupos de causas de expulsão: as secas periódicas do sertão nordestino e os salários miseráveis das zonas das usinas”.

O que podemos constatar com isso é que um conjunto de práticas e ações nos campos políticos e econômicos levou no Nordeste ao acentuamento da miséria nas zonas periféricas. Antes mesmo das cidades e capitais representarem os centros econômicos, os engenhos e usinas concentraram em seu redor zonas periféricas que serviu de base para a criação das chamadas “elites periféricas” como visto anteriormente. Tendo isso em mente é que iremos nos aprofundar nesse próximo tópico, numa apresentação didática das variações “magnéticas” das várias camadas da sociedade nordestina durante toda sua trajetória histórica a sua consolidação século XIX, a fim de se entender de forma objetiva o conceito de “Norte magnético” proposto de início neste trabalho e que me propus a discutir ao longo deste capítulo.

3.2.0 O Norte “magnético” suas faces e fases.

O estudo acerca das formas de interação entre centros e periferias no Brasil, especialmente no Nordeste, nos leva a refletir sobre suas formas e fases, isso por que as disputas internas a margem dos centros e passível de peso político e administrativo, direcionando decisões e alterando o curso da vida das pessoas que habitam as periferias para o bem ou para o mal. Sobre isso é que Iná Elias de Castro traz uma análise das práticas regionalistas no Nordeste apresentando e discutindo como as elites sendo então uma minoria consegue mudar e direcionar as decisões relacionadas ao futuro das periferias.

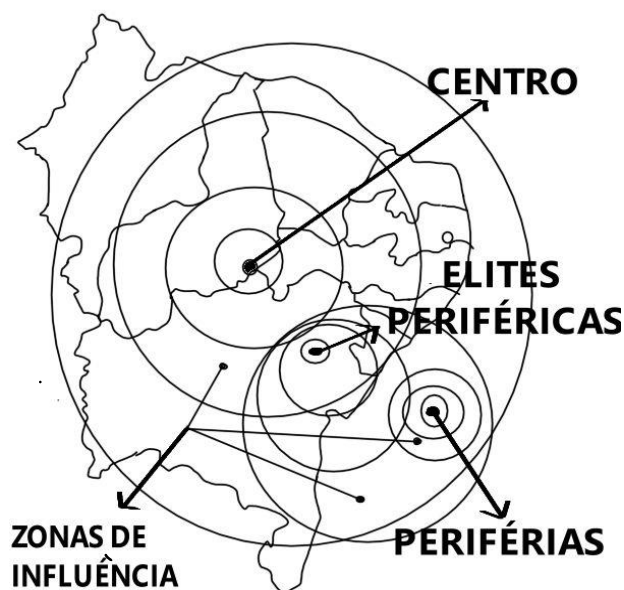
Por isso, pensar o “Norte magnético” é justamente apresentar como essas elites agem dentro dos grandes centros, mudando suas faces entorno de suas várias fazes. Por isso farei a análise desse fenômeno da seguinte maneira: primeiro, apresentando através da análise de Iná Elias de Castro as fazes e faces das elites da periferia aos centros; em segundo, com o auxílio de mapas demonstrar as formas de atuação e o grau de influência dessas elites em cada momento em que estas se dispõem a se adaptar a perca de prestígio em relação ao poder central.

3.2.1 O Norte “magnético” e suas elites periféricas.

As elites, sejam periféricas ou centrais, estão em constante movimentação, e são estas movimentações que criam o que podemos chamar de “zonas magnéticas”, estas zonas em menor ou maior grau de distanciamento do centro tem seu próprio peso diante das periferias. Dessa

forma, como define Castro (1992, p. 15) “As regiões, percebidas como espaços geográficos, constituem, na realidade, territórios diferenciados e interligados por importantes fluxos demográficos, econômicos e de poder [...]”. Assim podemos visualizar através da Figura 6 como pode-se representar divisões por zonas de influência demográficas, econômicas e de poder.

FIGURA 6 - MAPA MAGNÉTICO DO NORDESTE E SUAS ZONAS DE INFLUÊNCIA.



Fonte: Arquivo pessoal do autor. Imagem meramente representativa baseada no conceito de centro e periferia apresentando diferentes fluxos demográficos de influência e de poder.

As ações das elites periféricas são um ponto importante para que possamos entender o funcionamento do “Norte magnético”. É através delas que os centros se mantêm estáveis e operando sobre suas bases principais. No caso da velha elite açucareira, suas bases se encontravam na mão-de-obra escrava e depois na sua conversão em trabalho “livre”, porém de baixa remuneração. O foco seria manter justamente a alta rentabilidade econômica com o mínimo esforço. Por isso, segundo Castro (1992, p. 15-16) “[...] sob esta ótica, a presença de uma atividade política regional, mesmo fraca, é percebida como único meio de obter decisões favoráveis a grupos sociais localizados em regiões específicas.”

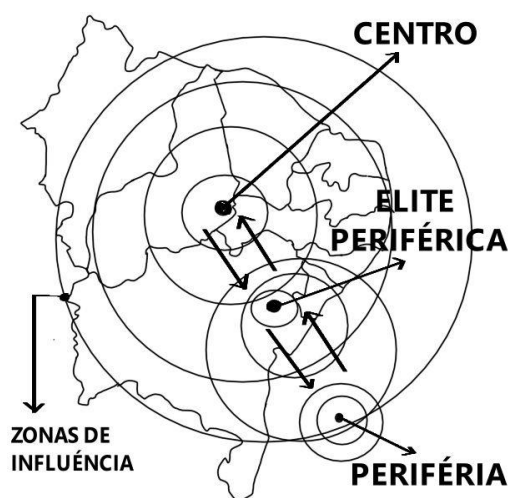
Sobre a abordagem do estudo das regionalidades nordestinas, a autora discute sobre a forma de muitos que se dispõem a trabalhar o Nordeste como se fosse uma questão. Mas, para Castro (1992, p. 19) “[...] na realidade, a questão está na forma de exercício de poder político

de suas elites, sendo espaço regional Nordeste organizado como suporte a esse poder”. Dessa forma, podemos pensar na organização dos espaços de cada elite seja central ou periférica como estratégica para a manutenção de sua base. Dessa forma não seria concebível o status de “elite” a um determinado grupo estando esse dentro da periferia e a margem do poder centralizador.

Podemos pensar a presença dessas elites periféricas da seguinte maneira: para que a elite central possa exercer sua influência sobre as periferias seria necessário um deslocamento direcionado, mas, isto significaria, em um determinado momento, “ceder” as demandas da periferia para seus objetivos, algo inconcebível ao centro. Dessa maneira, a partir do século XIX a nomeação de grupos políticos regionais como “elite”, mas a margem do centro, servem de intermediário aos projetos de interesse das elites centrais.

A ideia é preservar as bases da elite central, evitando a aproximação das margens do seu centro. Esta “[...] preservação tem sido possível pela aliança da elite regional com a central, que substancia uma barganha para o apoio mutuo, mais do que uma relação de cooptação.” (CASTRO, 1992, p. 20). As trocas e interações são dadas em camadas entre as elites centrais, elites periféricas e a periferia como podemos ver na Figura 7 abaixo. A interação centro periferia passa pelo intermédio das elites periféricas que se apropriam das demandas periféricas as direcionando indiretamente ao centro, mantendo-o distante das periferias quase como um “filtro”.

FIGURA 7 – MAPA DO NORDESTE E A INTERAÇÃO CENTRO E PERIFERIAS.



Fonte: Arquivo pessoal do autor. Imagem meramente representativa com base na ideia de “barganha” apresentada por Castro.

A questão proposta nesse tópico vai além da relação centro e periferia. O Norte magnético representa as variações das ações políticas em diferentes zonas variantes de poder e influência. É a representação literal do conceito, como forma de explicar didaticamente onde se dá cada ponto de encontro das relações de centro e periferia. Outra questão é que o conceito também busca demonstrar como as elites se movimentam dentro da história nordestina para manter-se em suas bases enquanto atraem para si poder e influência sobre os demais centros. Para Castro (1992, p. 28): “[...] não se quer dizer que a política seja um mosaico de aspirações regionais independentes, mas que se pode pensar em forças políticas determinantes na escala nacional do poder.”

O que torna a visualização de um “norte magnético” para o Nordeste possível se sustenta no que se constitui como “concreto”. Dessa forma “A região é, portanto, concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída, e interage com todo o social e territorial.” (CASTRO, 1992, p. 33). Por exemplo, as regiões ou “províncias” do Norte alteraram constantemente seus “polos magnéticos” em decorrência das mudanças exigidas pelas elites em cada momento histórico da economia Nordestina. A Figura 8 demonstra como as zonas de influência mudam ou se unem em detrimento da redução ou aumento da necessidade de atrair para si recursos ou atender as demandas das suas elites centrais por intermédio das elites periféricas ao interagirem com as margens periféricas.

FIGURA 8 – MOVIMENTAÇÕES “MAGNÉTICAS” DA ELITE EM RALAÇÃO AOS CENTROS.





Fonte: Arquivo pessoal do autor. Com base em quatro principais fases da economia Brasileira do século XVII ao XX.

Nas imagens 1 e 2 da parte superior temos uma mudança na relação centro e periferia entre os séculos XVII e XIX. Nas imagens 3 e 4, temos além da relação centro periferia a partir do intermédio das “elites periféricas” situadas entre o centro e a periferia. As quatro imagens demonstram as movimentações das elites locais com relação a sua perda de prestígio e as crises econômicas, no caso do Nordeste a crise da indústria açucareira.

Segundo Castro (1992, p. 36) “No Nordeste, o papel de sua elite é inequívoco, tanto na definição do seu caráter regional, como na projeção de sua imagem.” Mas é preciso deixar claro que nem toda ação das elites é em desfavor da periféricas. Elas precisam manter-se em constante contato com suas margens, por isso:

A região Nordeste não é um caso isolado, mas, ao contrário, constitui uma situação paradigmática da importância das elites conservadoras nas relações centro-periféricas, [...] as elites periféricas tanto podem estabelecer alianças com o poder central, o que as torna de certo modo beneficiárias da marginalidade econômica ou política, ou podem confrontar-se, na medida em que a autonomia lhes traz benefícios maiores. (CASTRO, 1992, p. 37).

Não é por acaso que se conceda ao Nordeste a identidade de “terra das secas”; é preciso aceitar esta denominação. A concordância, nesse caso, passa pelo que se pode atrair quando se aceita o Nordeste como região das secas. As elites encontram vantagem nessa característica degenerativa e generalizante. “Por tanto, a própria identidade regional é influenciada pelo

comportamento das elites em relação a própria região, ao poder central e outras regiões” (CASTRO, (1992, p. 39).

As elites ao tempo que se preocupam em distanciar-se das margens periféricas, compreendem a sua necessidade e mantêm uma constante influência sobre elas. Dessa forma, tornam-se suspeitosamente atuantes quando se trata de intermediar as ações do estado sobre as periferias. “As elites orientadas para o bem-estar veem a periferia como um território tutelado pelo estado, empregando trabalhos públicos, programas de segurança social e amplo acesso social aos benefícios nas áreas deprimidas.” (CASTRO, 1992, p. 45)

As questões sociais estão umbilicalmente ligadas ao conceito proposto, um “Norte magnético” para o Nordeste, pois este é responsável por atrair, através dos discursos criados sobre a região, as ações do Estado freando o avanço das margens sobre os centros, mantendo-as presas as suas misérias e distantes das elites:

Assim, no caso particular da região Nordeste, as condições de subdesenvolvimento perene devem ser reavaliadas como um resultado perverso da interação entre as elites periféricas e centrais, para a preservação da hegemonia e do espaço específico de poder de cada uma, e como uma característica fundamental de cada uma. (CASTRO, 1992, p. 49).

Apesar de trabalhar sobre o estudo dos aspectos da sociedade, entorno da economia nordestina, não quis aqui apenas achar “culpados” ou mesmo apontar a forma como o capitalismo liberal introduzido mais fortemente no Brasil já no primeiro reinado, delineou de forma mais clara e perversa as diferenças entre centros e periferias. O objetivo era se não demonstrar através das análises aqui presentes um conjunto de práticas seculares que unidas formam um aglomerado de questões controversas que definem o Nordeste e da também um lugar ao nordestino justificando suas características.

O intuito sempre foi apontar como as movimentações das elites periféricas em relação ao centro e suas margens acabou criando um polo magnético discursivo apoiado em preconceitos das elites ao Sul do país.

|

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo esse trabalho os caminhos e questionamentos assumidos se fizeram para que pudéssemos entender certas características do nosso objeto de estudo maior: o Nordeste. Por isso, primeiramente foi preciso contar sua história e demonstrar características das elites que nele habitaram nos seus primórdios e as transformações por elas sofridas até o fim da colônia. Ao analisarmos o seu campo de atuação e sua importância nos processos históricos coloniais, é possível reconhecer questões problemáticas perseguindo a sociedade nortista desde sua formação.

Assim, nosso problema foi pensar sobre a “existência” de um Nordeste antes dos primeiros dez anos do século XX e como uma região cuja a importância foi primordial para a existência das demais que hoje representam o Brasil, encontrou-se hoje a margem das elites centrais. Para que pudéssemos encontrar explicações para estas questões foi preciso seguirmos uma metodologia de escrita cuja as sequências dos acontecimentos históricos possibilitasse o entendimento de uma ampla gama de leitores.

Por isso, ao escrevermos a história do Nordeste com um foco econômico e social podemos ter deixado de lado algumas questões reduzindo essa escrita ao uma síntese, já que não era nosso foco contar toda a história nordestina. Estudamos as ações das elites que aqui se estabeleceram desde as primeiras “empresas” até o estabelecimento e fim da colônia e como estas ações possibilitaram a existência de um “polo magnético” atrativo para as demandas das regiões periféricas. Pois entendermos a construção das bases que mantiveram estas elites nos seus respectivos “centros” econômicos e de poder, faz parte da nossa proposta de encontrarmos respostas para as questões levantadas de início nesse estudo.

Para que isso tudo fosse possível, nós apoiamos em alguns conceitos como os de “elites centrais”, “elites periféricas”, “periferias” e “controvérsias”. Ao identificarmos estes conceitos dentro da escrita dos autores trabalhados, podemos descrever e construir a história Nordestina de modo que fossem resolvidos questionamentos abertos durante a escrita deste estudo. Dessa maneira é que pudemos tirar as nossas conclusões, sobre as ações das elites que fundam a região que hoje conhecemos como Nordeste com todos os seus problemas e potenciais.

Quando analisamos o estabelecimento das primeiras formas de comércio na Nova colônia, podemos notar que os portugueses buscaram sempre culturas cuja a extração fosse possível em larga escala e de custos baixíssimos. Dessa maneira empregando o indígena como mão-de-obra, através da troca do seu serviço por alguns objetos de pouco valor para os portugueses, o pau-brasil foi extraído até que este deixasse de ser encontrado facilmente e seu valor econômico deixasse de “compensar” o investimento. Essa prática de produção focada na ideia de acumulação rápida de capital, traria nos próximos séculos sérios problemas alimentares, graças a pouca disponibilidade de solos próprios para o plantio de alimentos, já ocupados pela cana-de-açúcar.

Dessa forma podemos visualizar no decorrer desse trabalho de forma didática como as elites moveram-se entre centros e periferias, nos mapas apresentados no primeiro e último capítulo. E através destes mapas entendermos como a existência de uma “subcategoria” que se situando entre os mais pobres e os mais ricos, agiram e agem até os dias atuais na contenção dos avanços das periferias sobre o centro, através de suas demandas que passaram a ser apropriadas e incorporando um viés mais social ao discurso elitista moderno como forma de manutenção de suas fronteiras ideológicas e sociais.

O problema era que a decadência de seu poder econômico e influência, causaria uma perda de prestígio enorme perante as “elites centrais” ficando ainda pior com a escolha do Sul como sede do novo centro administrativo, distanciando ainda mais o Nordeste das relações diretas com a corte portuguesa. A partir desse momento já no século XVIII as elites nortistas movimentaram-se para a manutenção de sua influência regional, através da política e do emprego de representações de seus interesses nas áreas de desenvolvimento econômico.

Assim, nasceram as “elites periféricas” nordestinas, voltadas a apropriação de demandas das periferias para seu uso próprio, de modo que fosse possível manobrar as massas camponesas que habitavam os sertões secos, periferias dos grandes latifúndios. Prelúdios do fundamento de uma prática política e discursiva, cujos usos seriam vastos estando presentes cada vez mais fortes nos dias atuais.

Pensando nisso é que se fez importante, quando se trata da história Nordeste, entender as controvérsias presentes nos variados estudos voltados a região. Assim foi possível percebermos como os variados tipos de discurso empregados por estudiosos do assunto, sejam eles, do campo da história, filosofia, geografia ou mesmo antropólogos, algumas questões presentes nos seus trabalhos são bastante controversas. Principalmente quando se trata de tentar

estabelecer uma data específica para o “nascimento” do Nordeste ou da seca como força motriz das tantas formas de definir o Nordeste e o povo nordestino.

Foram listados no capítulo dois, três tipos principais de controvérsias sobre a seca na região Nordeste. No primeiro caso “a seca como problema” a questão reside na tentativa de se estabelecer uma data específica para o nascimento do Nordeste como terra das secas. Mas, isso gera uma segunda discussão que é a tentativa de “identificar” a seca como um problema, pondo nesse molde a seca passa a ser possível de resolução, mas, é fácil constatar que o “problema” existe e continuará existindo, dessa forma trata-la como único empecilho para o desenvolvimento da região seria simples demais, daria a existência do fenômeno a ideia de que poderia ser derrotado.

Por isso o “combate à seca” se torna já a partir do século XVIII uma questão controversa, pois parte da ideia de “vencer” uma questão natural e repetitiva. Isso leva a questionar a existência de um ponto de combate específico onde poderia de alguma forma ser “derrotada” terminando assim um ciclo de devastações seculares. Um erro gravíssimo dos vários projetos de desenvolvimento das tantas regiões atingidas pelo fenômeno, introduzindo práticas inadequadas ao clima e demais características regionais. Populações inteiras de sertanejos já vivem nestas condições a séculos, por isso a ideia de se “combater” algo que exigiria na realidade equiparar a região do alto sertão com as demais áreas de clima ameno e de chuvas regulares, torna a ideia de “convivência” com a seca outra ideia igualmente controversa, quando o que se percebe de fato é o mal do abandono do estado brasileiro com a relação as regiões periféricas.

Quando se refere a “convivência com o semiárido” nesse caso se questionava a capacidade das populações sertanejas de conviver com o fenômeno. Ao se criticar a forma de vida dos sertanejos com a natureza “perversa” da região, criticava-se a ideia de que estes por sua vez não estariam em harmonia com a natureza e por isso lhes causara tanto sofrimento. Então através da análise de alguns estudos sobre o tema e que podemos reafirmar que a “convivência com o semiárido” é na realidade uma falácia, pois desconsidera a existência de tradições seculares de lida com a seca e suas características. Que na realidade falta por parte dos governantes investimentos em políticas de desenvolvimento adequadas para a região o que é ainda mais controverso quando percebemos que aqueles que são responsáveis pelo combate as crises são os mesmos que tradicionalmente deram a seca toda sua relevância atual.

As formas discursivas que definiram o Nordeste partiram muitas vezes da pouca convivência dos autores e das mídias que ao tomarem uma região como “exemplar” está por si só definiria as demais regiões. Um erro grave das elites que através de suas mídias e seus intelectuais, buscaram através de estudos superficiais e influenciados pelas notícias sensacionalistas principalmente das capitais, explicar as tragédias que assolavam o “povo” dessa região. O Nordeste demonstrou no campo da literatura e das ciências humanas, um grande atrativo para entusiastas romancistas, antropólogos, sociólogos, historiadores etc... além de um vastíssimo acervo político discursivo em prol do “desenvolvimento” dessa região, presente na vida política local desde fins do século XVIII, quando suas elites se viram perdendo espaços importantes na nova fase da vida econômica brasileira.

Dessa forma é que o conceito de “Norte magnético” agrupa justamente um conjunto de práticas seculares, presentes desde o século XVII, quando as elites se viram em queda diante do monopólio do mercado açucareiro, depois já no século XVIII, mais uma vez viram-se agora escanteadas pela descoberta das minas no Sul. A partir desses dois acontecimentos marcantes, é que nos próximos dois séculos essas elites precisaram se reinventar diante do estado brasileiro, como forma de obter recursos para o combate a problemas “sociais” e econômicos da região Norte.

A seca torna-se já a partir do século XIX, um grande negócio para essas elites, através da exploração das necessidades dos pequenos produtores e trabalhadores do campo, foi possível para os grandes latifundiários aprofundar ainda mais a absorção de terras e contingentes de trabalhadores miseráveis dispostos a todo tipo de trabalho a troco muitas vezes de um teto e um pouco de alimento. Quando então estas mesmas elites agrárias viram-se atingidas pelas secas, recorreram ao estado por recursos para “ações humanitárias”. Por isso é que estudos futuros que possa retornar a temática devera forçar-se mais nesse ambiente controverso entre discurso e pratica que podemos perceber dentre tantos autores, que estudam as ações tomadas com relação aos problemas dessa região.

Ações essas cujos interesses reais estavam mais na manutenção de seu domínio sobre as periferias e menos em resolver seus problemas. O Norte magnético nasce justamente dessas movimentações seculares, da reinvenção constante das formas de domínio das elites centrais sobre as periféricas. Diferente da indústria da seca, seus usos são mais amplos e incluem questões que vão além de um problema regional característico, estando presente na política no discurso, nas obras de combate à fome, no desenvolvimento econômico, nos planos de governo dos mais variados partidos. O Norte continua posto como lugar do atraso, mas, sempre atraente

para aqueles que desejam “fazer história” empregando políticas assistencialistas que não resolve seus problemas, como um câncer que não se cura apenas se trata.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de, **A invenção do nordeste e outras artes** / Durval Muniz de Albuquerque Júnior; prefácio de Margareth Rago. — 5. ed. — São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, Michel 1970. **A ordem do Discurso**, TRADUÇÃO, Laura Fraga de Almedia Sampaio 2005

FOUCAULT, Michel. 1978. **A Microfísica do poder**. 28ª Ed. 2014-Editora saraiva 2014

CERTEAU, Michel de. A escrita da história, 1982.

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de, **Falas de astúcia e de angústia: A seca no imaginário do nordestino – De problema a salvação**. (1877 1922). UNICAMP (1988)

Castro, Josué, 1908-1973. C351g **Geografia da fome** : o dilema brasileiro : pão ou aço Josué de Castro. — Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.

FREITAS, Souza Jose Weyne, **Secas e socorros Públicos no Ceara doença, Pobreza e violência**. 1877-1932) Projeto História, São Paulo, n. 52, pp. 178-219, Jan.-Abr. 2015

NEVES, Frederico de Castro. **Seca, pobreza e política**: o que é politicamente correto para os pobres? Trajetos - Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 186-201, 2009.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido**. Sociedade e estado, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, 2003.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. Edufu, 2020.

DA SILVA, Fábio Barbosa. **SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: A MONOCULTURA CANAVIEIRA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUL DA ZONA DA MATA ALAGOANA**. ANPUH-Brasil – 30 SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019.

DA SILVA, Girlan Cândido. **A REPRESENTAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA CANA DE AÇÚCAR PARA A REGIÃO DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO**. *Geoambiente On-line*, n. 14, p. 01-22 pág., 2010.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos avançados*, v. 5, p. 57-79, 1991.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos avançados*, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.

CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1992.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Unesp, 2000.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de história*, v. 18, p. 187-250, 1998.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **história do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. Editora Planeta do Brasil, 2010.

CALMON, Pedro. História social do Brasil. **Brasiliana**, 1937.

MELLO, Evaldo Cabral de; AGRÁRIO, O. Norte. o Império, 1871-1889. **2ª edição revista e aumentada. Topbooks. Rio de Janeiro**, 1999.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. Editora Moderna, 1984.